

DA REABILITAÇÃO URBANA À CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO

UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE VISEU

Raul Cláudio Pereira dos Santos

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Sob orientação do Professor Doutor Carlos Martins

Departamento de Arquitectura, FCTUC

Julho 2015



DA REABILITAÇÃO URBANA

À CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO

UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE VISEU

A presente dissertação não segue o novo Acordo Ortográfico de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio.

Ao professor Carlos Martins pela disponibilidade e orientação deste trabalho.

À Câmara Municipal de Viseu e à Viseu Novo SRU, em especial à Margarida Henriques pela disponibilidade e material fornecido.

A todos, obrigado por me terem ajudado a chegar até aqui.

RESUMO

A cidade actual enfrenta problemas urbanos de uma complexidade intensa. Os grandes desafios urbanos estão tanto nas áreas periféricas como nos centros urbanos “históricos” ou “fundadores”.

A descentralização dos “centros históricos” aliada aos processos de periferização conduziram ao desenvolvimento de novas ideias de vivência, novos hábitos e por conseguinte, contribuíram para uma progressiva degeneração do espaço público.

O conceito de “reabilitação urbana” tem-se ampliado no seu significado nas últimas décadas, sendo cada vez mais relevante no vocabulário da gestão e organização do território. As estratégias de reabilitação urbana são, cada vez mais, fundamentais nas transformações urbanas actuais pela sua capacidade de intervir cirurgicamente no espaço público colmatando situações de incoerência ou carecidas de uma revalorização.

Incidindo no caso particular do “centro histórico” de Viseu, procurou-se reflectir sobre as temáticas apresentadas, na intenção de elaborar uma estratégia de intervenção sustentada para a requalificação do espaço público.

Palavras-chave: centro histórico, reabilitação urbana, espaço público, Viseu.

ABSTRACT

The contemporary city is facing urban problems of an intense complexity. The major urban challenges are both in the peripheral areas as in the "historical" or "original" urban centers.

The decentralization of "historic centers" coupled with the periphery processes led to the development of new forms of living, new habits and therefore contributed to a progressive degeneration of public space.

The concept of "urban renewal" has expanded its meaning in recent decades increasing its relevance in the management and organization of the territory. The importance of urban renewal strategies are increasing in the current urban transformations, for their ability to surgically intervene in the public space bridging situations of inconsistency or deprived of a regeneration.

Focusing on the particular case of the "historic centre" of Viseu and taking into account the subjects presented, a strategy was developed sustained in the rehabilitation of public space.

Keywords: historic centre, urban renewal, public space, Viseu.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	17
2. A CIDADE E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES	23
2.1 SITUAÇÃO GERAL.....	25
DA CIDADE MEDIEVAL AO URBANISMO FUNCIONALISTA	27
DA EXPANSÃO À REABILITAÇÃO.....	31
O “CENTRO HISTÓRICO”	37
A IMAGEM DA CIDADE	41
2.2 A CIDADE E O SEUS ESPAÇOS	43
O ESPAÇO PÚBLICO	43
A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO/PRIVADO	45
O ESPAÇO PÚBLICO E O PROGRESSO TECNOLÓGICO	49
REVALORIZAÇÃO DE ÁREAS DESVITALIZADAS	53
3. VISEU. EVOLUÇÃO E FORMAÇÃO DA CIDADE.....	57
ORIGEM E FORMAÇÃO	59
PERÍODO ROMANO	61
PERÍODO MEDIEVAL.....	65
PERÍODO MODERNO	69
PERÍODO CONTEMPORÂNEO	71

4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	83
4.1 ANÁLISE GERAL.....	85
EIXOS E DINÂMICAS PRINCIPAIS	85
PRAÇAS E LARGOS	89
4.2 ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	95
PERÍMETRO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	95
PLANO URBANO PROPOSTO	97
DESENHO URBANO PROPOSTO.....	103
4.3 ESPAÇOS INTERVENCIONADOS	109
A- LARGO MAJOR MONTEIRO LEITE.....	109
B- LARGO MOUZINHO DE ALBUQUERQUE E LARGO DE SANTO ANTÓNIO	117
C- LARGO ALVES MARTINS	125
D- LARGO GENERAL HUMBERTO DELGADO.....	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
6. BIBLIOGRAFIA	147

1. INTRODUÇÃO

A reabilitação dos “centros históricos” tem sido alvo de um debate crescente nos últimos anos. O processo de expansão urbana dominante nas últimas décadas, assente na extensão dispersa e descontínua para as periferias, conduziu a uma crise habitacional na cidade e a um generalizado desinteresse pela zona mais antiga da cidade. A maioria do perímetro urbano antigo é, actualmente, preenchido por um tecido residencial debilitado a nível físico e ocupado por uma classe social mais desfavorecida e envelhecida, sem meios para a sua reabilitação. A regeneração do edificado é também adiada, devido aos regimes de arrendamento que apadrinham a maioria dos habitantes destes “bairros antigos”, com rendas demasiado baixas para permitirem aos proprietários fazer as obras necessárias.

O modelo urbanístico imposto na cidade no decorrer do século XX teve consequências nos padrões sociais, formas de vida e de uso da cidade, diluindo a autenticidade dos espaços públicos ou até subvertendo a sua identidade. O espaço público foi perdendo o seu fulgor e vai sendo lentamente substituído por equipamentos privados, abertos à utilização pelo público mas, no entanto, condicionados e controlados. Estas transformações põem em causa o próprio significado de “espaço público” e o seu valor na cidade.

O espaço público é o elemento essencial na configuração e estrutura da cidade e pode, desta forma, actuar como resposta a um problema de base que os “centros históricos” normalmente enfrentam, que é a desarticulação entre a “cidade antiga” ou “fundadora” e a “cidade moderna”.

Materializar uma estratégia de reabilitação exige uma análise profunda. Não se trata apenas de preservar o património em risco de degeneração, mas de identificar uma estratégia de integração que confronte o tecido urbano no seu todo, que entenda a sua estrutura e que consiga ter um efeito mais dilatado na sua actuação. A cidade é uma construção ao longo do tempo; não há uma cidade com história e uma cidade sem história; a cidade é um todo. “Reconstruir mais que construir significa, então, penetrar a cidade existente, aceitando-a como um sistema de certo modo fechado.”

(MENDES,2000,pp.19). Trata-se, então, de perceber quais os pontos pelos quais se deve penetrar a estrutura da cidade.

Como é que se incentiva uma população cada vez mais distanciada da cidade, facilitada com a capacidade de transporte e cada vez mais exigente? Como é que se motiva uma população a habitar uma zona de onde no século passado se evadiu em grande massa para transcender as poucas condições de habitabilidade e salubridade?

Este trabalho explora o tema da requalificação do espaço público urbano, encarado como estratégia fundamental para a reabilitação urbana. Pretende-se explorar o papel e a importância do espaço público na cidade, na sua capacidade para determinar as relações de articulação no tecido urbano, assim como na formalização do sistema de fluxos urbanos fundamentais para o equilíbrio dinâmico.

Neste sentido, facultada a oportunidade de reflectir e explorar um tema de relevância actual, decidi analisar um caso concreto que me é familiar, o “centro histórico” de Viseu. Partindo da análise de postulados teóricos em torno do tema da reabilitação urbana e da cidade dispus-me a reflectir e a delinear uma proposta de intervenção onde exponho uma hipótese que possa actuar como factor de dinamização do “centro histórico”, promovendo assim, o movimento de “regresso ao centro”.

O trabalho divide-se essencialmente em três capítulos: “A cidade e as suas transformações”, “Viseu. Evolução e formação da cidade” e “Proposta de Intervenção”. A ideia por detrás desta estrutura organize-se segundo uma perspectiva do geral para o particular, de forma a esclarecer, de antemão, as questões fundamentais que irão guiar a estratégia de intervenção. Da mesma forma, cada capítulo introduz e prepara o cenário seguinte.

O primeiro capítulo divide-se em duas partes. Na primeira pretende-se expor, brevemente, as transformações mais recentes ocorridas no espaço urbano da cidade, sobretudo durante o século XX e, através desta análise, introduzir os conceitos de “reabilitação urbana” e de “centro histórico”. Na segunda parte, procura-se clarificar o conceito de “espaço público”, na sua relação e evolução com a cidade, assim como, esclarecer o significado de “público” nos dias de hoje.

O segundo capítulo foca-se numa síntese das principais transformações urbanas ocorridas na cidade de Viseu, desde os tempos da sua formação. Pretende-se esclarecer a base, os pontos fundamentais na qual a estratégia de intervenção se irá apoiar para validar os seus argumentos.

Por fim, o terceiro capítulo debruça-se sobre a estratégia de intervenção e tudo o que lhe implica. Procura-se neste capítulo explorar de que forma o desenho urbano pode influenciar e colaborar na estrutura da cidade e do lugar.

2. A CIDADE E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES

“A cidade não é apenas um objecto perceptível, mas é o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares. Se por um lado podem manter-se as linhas gerais exteriores, por outro, há uma constante mudança no pormenor. Apenas parcialmente é possível controlar o seu crescimento e a sua forma. Não existe um resultado final, mas somente uma continua sucessão de fases.” (LYNCH, 1959, pp.12)

2.1 SITUAÇÃO GERAL

A cidade apresenta-se como uma rede complexa e polinuclear, com um protagonismo cada vez maior quer a nível económico, social e ambiental como urbanístico. O que caracteriza a sua forma é a interpenetração de espacialidades, de diferentes tempos num mesmo núcleo urbano, em constante transformação (ROSSI, 1966). A complexidade da sua escala e dinâmicas urbanas tornam difícil a sua compreensão e consequentemente tornam difícil de prever o seu futuro.

No período industrial, a cidade explodiu em todas as direcções; separou-se do casco medieval, conquistou o espaço ao seu redor e imprimiu os primeiros traços de um futuro inquieto. Actualmente, a cidade vive o drama da sociedade tecnológica; a globalização e as novas tecnologias encurtam o tempo e o espaço, apelam à instantaneidade e à simultaneidade dos acontecimentos, o que impossibilita a criação de um projecto de cidade para um futuro necessário (BRANDÃO, 2009). Há um conflito de temporalidades- entre a nostalgia do passado e a urgência de atender a um futuro cada vez mais iminente.

As políticas de expansão urbana atingiram, aparentemente, o limite, resultado de uma política de adição desmesurada de tecidos urbanos, acessos viários e superfícies comerciais. Os problemas urbanos dividem-se entre o “centro” e a “periferia”; os “centros históricos” encontram-se em decadência, comprometidos a uma ideia de produto turístico para ser consumido; o espaço público, dominado pelo uso generalizado do automóvel, encontra-se desgastado nos seus atributos físicos e sociais, contribuindo para o medo da cidade e comprometendo a sua vitalidade (BRANDÃO, 2009).

A reabilitação urbana aparece como um instrumento de conciliação entre a “cidade medieval” e a “cidade moderna” que, para além de actuar em simples intervenções de restituição de zonas degradadas, tem a capacidade de reestabelecer dinâmicas perdidas e recuperar a cidade tendo em conta o seu conjunto urbano total. Procura, essencialmente, actuar nas fragilidades da cidade, resgatando-a de acordo com as necessidades do presente para conformar um tecido urbano coeso e contínuo.

DA CIDADE MEDIEVAL AO URBANISMO FUNCIONALISTA

“Assim como os primeiros homens construíram para si habitações e na sua primeira construção um clima artificial, assim também construíram segundo uma intencionalidade estética. Iniciaram a arquitectura a um tempo com os primeiros traços da cidade; a arquitectura é, assim, congénita com a formação da civilização e um facto permanente, universal e necessário.” (ROSSI, 1966, pp.31)

Desde a Idade Média que o urbanismo tem vindo a modificar-se no seu modo de acção, no qual destaco dois momentos significativos. O primeiro, durante o Renascimento, associado às transformações efectuadas nas cidades medievais. O segundo momento, por volta de 1930, associado às transformações nos princípios do urbanismo com a introdução de um novo conceito, o funcionalismo (GEHL, 2004).

A cidade medieval vivia dos acontecimentos urbanos baseados nos contactos entre a população em torno das ruas e espaços públicos, para trocas comerciais ou, simplesmente, trocas de informação. A facilidade de circulação e de encontro, com ruas desenhadas à escala do peão e para o peão, a distribuição das actividades ao longo das ruas e praças, eram a base das dinâmicas urbanas. A cidade e o espaço público funcionavam num estreito equilíbrio entre os seus usos e funções, orientados de forma a completarem uma rede complexa que permitia os seus diferentes usos: lugares de encontro, comércio e circulação (GEHL e GEMZOE, 2001).

Por outro lado, o funcionalismo apoiava-se nos novos conhecimentos adquiridos, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, onde foram definidas as condições de salubridade necessárias para um bom ambiente urbano. As novas áreas urbanas permitiam a segregação, através da expansão em massa de pequenos volumes habitacionais dispersos pelo território e de grandes distâncias entre funções, suportadas pelo uso generalizado do automóvel (GEHL, 2004). Edifícios isolados, orientados de forma a obterem as melhores condições solares e de ventilação eram os requisitos necessários para uma melhor qualidade de vida urbana.

A separação entre as várias funções da cidade resultava na divisão da cidade em zonas monofuncionais. O desenho das ruas permitiu a dispersão de pessoas e



1- Remanescentes da muralha afonsina junto à Porta dos Cavaleiros e Porta do Soar, Viseu.

acontecimentos, facilitou o acesso automóvel e o espaço para actividades colectivas foi reduzido ao mínimo (GEHL, 2004).

O urbanismo do período medieval exaltava à congregação de todo o tipo de pessoas e acontecimentos enquanto que a ideia funcionalista cultivava a segregação e dispersão da vida urbana. A consequência directa deste tipo de planeamento, para além da expansão desmesurada da periferia suburbana, foi a desvalorização e a degeneração dos espaços públicos.

DA EXPANSÃO À REABILITAÇÃO

“As cidades adquirem um protagonismo cada vez maior tanto na vida política como económica, social, cultural e mediática. Pode-se falar das cidades como actores sociais complexos e multidimensionais.” (BORJA, 1998, pp.73)

No período entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos 70, as políticas urbanas assentes num urbanismo expansionista, potenciado pelo crescimento económico associado ao Fordismo, acompanharam o desenvolvimento das cidades industriais. Ainda que este modelo tenha garantido um crescimento significativo das cidades, apresentava-se demasiado racionalista, pouco flexível e excessivamente regulamentador, indiferente a questões cruciais como o ambiente e as questões sociais.

Para garantir o sucesso deste sistema fordista, foi importante a consolidação do chamado Estado-Providência, o qual foi responsável por medidas que transformaram não só a estrutura da cidade como a da própria sociedade. O Estado financiava a reconstrução e posterior expansão das cidades, assim como a criação de infra-estruturas e equipamentos. Para além disto, estimulava condições para o sucesso das empresas; assumia a formação dos trabalhadores para a indústria; dava garantias das necessidades básicas (transporte, saúde, habitação) e ainda garantia os requisitos do bem-estar social e laboral (MENDES, 2013).

Em resposta ao ritmo frenético de crescimento no pós-guerra, aliado à movimentação massiva de pessoas do campo para a cidade nos anos 50 e 60, os governos avançaram numa actuação em duas frentes, no ordenamento do território e no planeamento urbano apoiado no “zonamento funcional homogéneo” (Apud, Mendes, 2003: pp.39).

Este período de grande crescimento urbano é reconhecido pela “época de ouro do planeamento urbano” enquanto ferramenta de suporte à expansão, onde se procurava, através deste instrumento, desenvolver a cidade e ordenar o território, de forma a responder ao grande fluxo migratório de pessoas do campo para a cidade. Esta

expansão era apoiada sobretudo na capacidade do investimento público, aliada à capacidade de produção fordista através da repetição exaustiva de modelos maciços.

Nos anos 70 dá-se uma séria crise financeira provocada pelo colapso do modelo económico seguido até então, exponenciada pela crise energética do petróleo, estendendo-se à crise do Estado-Providência e ao próprio modelo fordista, factores que vão condicionar os planos urbanísticos. A crise da superprodução deu início ao processo de abandono dos centros urbanos de parte da indústria e, posteriormente da população, forçando as entidades municipais a procurar soluções para o núcleo central da cidade, tomando a reabilitação como grande linha orientadora na regeneração do espaço urbano.

Com a transferência da indústria para a periferia das cidades, surgiram situações de degradação ou simplesmente abandono, que ficaram ao encargo de um sector económico em ascensão, a terciarização, que usou a requalificação como meio de afirmação (MENDES,2013).

A situação pós-fordista, nos anos 80 e 90, fez-se notar também na acção do Estado. Ao Estado interventivo sucedeu um Estado ausente, focado essencialmente em questões de regulação e fiscalização. Deu-se então início ao chamado neoliberalismo, que preconiza a diminuição do poder do Estado com a privatização das empresas estatais. “À crise das grandes cidades que marcou o final do ciclo económico do pós-guerra, sucedeu uma nova política urbana, muito mais orientada para o mercado e, portanto, marcada pelas lógicas da promoção do consumo, da competitividade entre metrópoles, do protagonismo dos atores privados no processo de planeamento e de produção da cidade” (Apud, MENDES,2013: pp.41). O planeamento urbano orientou-se de forma a atrair o investimento privado; o mercado decidia as mutações urbanas e o poder público facultava o apoio necessário, remetendo-se a um papel mais passivo, de regulação de excessos, favorecendo as parcerias público-privadas (ASCHER, 1998).

A crise que afectou o Estado-Providência tornou mais difícil reunir os recursos necessários para o tipo de acções que o caracterizou e, por isso, conduziu a uma gradual precariedade da situação laboral dos trabalhadores e acentuou as desigualdades sociais. Além disto incapacitou a sua actuação na regulação do mercado de habitação e uso do solo urbano, permitindo a especulação, “que tende a valorizar

um padrão mais aleatório na produção temporal e espacial de acontecimentos urbanos” (MENDES, 2013,pp.42). Sobrevalorizam-se outros aspectos não menos importantes, como a proximidade a zonas de emprego, comércio, equipamentos ou qualidade do ambiente (MENDES, 2013).

Deu-se início a uma nova era económica marcada pela globalização, “pela procura de novos tipos de produtividade, de flexibilidade, de polivalência, de procura sistemática da velocidade, da experimentação de novos modos de organização industrial, do desenvolvimento dos transportes, das telecomunicações e da logística”. (ASCHER, 1998,pp.59). Os progressos tecnológicos desenvolvidos sobretudo durante o final do séc. XX, projectaram a cidade para uma dimensão internacional, sobrepondo-se em alguns casos, ao panorama nacional.

Na sequência deste novo cenário socioeconómico, surgiu a oportunidade de promover a cidade como factor de atracção de capital privado internacional, o qual é feito através de políticas de reabilitação urbana que valorizavam e exportavam a imagem da cidade. As zonas urbanas históricas que se encontravam em condições de abandono ou degradação, representavam agora uma situação de oportunidade para atrair investimento (MENDES,2013).

O “CENTRO HISTÓRICO”

“Por outras palavras, a expressão “centro histórico”, mais do que remeter para um objecto ou para um espaço, converte-se em representação de alguma coisa. Essa metalinguagem do património, de que a expressão “centro histórico” faz parte, representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana.” (PEIXOTO, 2003, pp.213)

A noção de “centro histórico” é genericamente aplicada para caracterizar o tecido urbano fundador da cidade. O seu carácter simbólico e representativo evoca uma imagem de um passado que se pretende restituir, a partir de estratégias de reabilitação do seu património e espaço público. Há uma fusão de temporalidades; recupera-se o passado para “agitar” o presente e preparar o futuro.

Com a estagnação das políticas expansionistas, os agentes económicos encontraram na reabilitação uma oportunidade para rentabilizar partes adormecidas do tecido urbano. A actuação nos “centros históricos” foi suportada pelo pretexto de protecção daquilo que o urbanismo moderno acabou por negligenciar, nomeadamente o espaço público e a equidade social, aliada a preocupações ambientais e patrimoniais. Esta nova linha de pensamento urbano apegase e cultiva a ideia de regeneração, de uma imprescindível reacção ao risco de desaparecimento do património. “Na verdade, quanto mais nítidos são os indicadores de transformação, mais acentuada parece ser a sensibilidade suscitada relativamente à urbanidade, aos signos que a tipificam e a uma ideia abstracta de património que os “centros históricos” parecem reificar. Quanto mais rápidas e acentuadas são as mudanças, e mais visíveis e reais se tornam os efeitos da urbanização, maiores são a sensação de perda e a tentação para imaginar um passado harmonioso que, supostamente, se teria desenrolado nos “centros históricos” (PEIXOTO, 2003, pp.212).

As políticas de reabilitação são, preferencialmente, endereçadas a práticas de turismo e lazer - ruas pedonais, ciclovias, frentes ribeirinhas com esplanadas, parques



2- Vista aérea do "centro histórico" de Viseu.



3- Detalhe de habitação incorporada com a muralha, Viseu.

temáticos e outras actividades do género – concretizando um efeito esporádico de reanimação direccionado ao consumo. Como consequência, as “intervenções públicas que provocam valorização da cidade desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e de reapropriação. As novas políticas de reabilitação urbana traduzem uma maior orientação para o mercado e para os consumidores, em detrimento das classes mais desfavorecidas. A selectividade dos investimentos favorável à reprodução do capital implica o abandono, o esquecimento e a menor atenção à “cidade da maioria”, com particular gravidade para as áreas mais carenciadas onde se concentram os mais desfavorecidos” (Apud, MENDES, 2013: pp.44).

Este tipo de intervenções materializa-se num processo de estetização das paisagens urbanas, “que se caracteriza por uma invenção ou uma reinvenção de tradições, por uma certa folclorização de determinadas práticas urbanas, por uma culturalização de locais ou de “centros históricos” e por uma transformação da arquitectura em monumentos.” (Apud, PEIXOTO, 2003: pp.218).

A IMAGEM DA CIDADE

“Existem, contudo, funções fundamentais que podem ser expressas pelas formas de uma cidade: circulação, aproveitamento dos espaços mais importantes, pontos-chave focais. As esperanças e satisfações comuns podem ser humanizadas. Sobretudo se o meio ambiente está visivelmente organizado e nitidamente identificado, poderá então o habitante dá-lo a conhecer, por meio dos seus próprios significados e relações. Nesse momento tornar-se-á um verdadeiro lugar notável e inconfundível.” (LYNCH, 1959, pp.103)

A cidade é uma construção no espaço de tal forma vasta que nos é impossível criar uma imagem completa de todo o seu cenário. Desta forma, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim parcial, fragmentária e nesse processo a nossa mente retém as memórias e os significados mais importantes dessas partes que as transformam nas mais significantes (LYNCH, 1959).

Os elementos estruturadores do ponto de vista geográfico ganham desta forma uma dimensão simbólica, uma maneira pessoal de sentir a cidade. Daí que seja necessária a construção de tais ambientes através de um desenho consciente, para que se assegure uma melhor organização espacial e funcional da vida contemporânea (LYNCH, 1959).

Deste modo, a cidade não pode simplesmente ser um meio ambiente bem organizado, é necessária aliar a este princípio estrutural uma componente simbólica, para assegurar a criação de símbolos fortes, marcantes no percurso da cidade. Só assim será possível garantir uma combinação entre a clareza estrutural e a identidade do lugar, com um traço único e singular, representativo da sociedade onde se envolve e dirigido a esta (LYNCH, 1959).

Kevin Lynch demonstra que a imagem urbana é um dos elementos através do qual a população se relaciona e se identifica. É o resultado de uma colaboração colectiva fruto de uma relação entre o espaço e o seu utilizador sendo, por isso, um bem que deve ser conservado, o que não significa mantê-lo intacto. Trata-se, então, de tentar conservar a singularidade dos seus elementos mais marcantes sem atentar contra o que lhes confere identidade.

2.2 A CIDADE E O SEUS ESPAÇOS

“Uma cidade exige territórios articulados, lugares com capacidade de serem centralidades integradoras e polivalentes e construídos por tecidos urbanos heterogêneos social e funcionalmente.” (GRAÇA, 2006, pp.3)

O ESPAÇO PÚBLICO

As cidades, sobretudo europeias, desde sempre tiveram uma ligação forte com o “espaço público”, desenhadas como um lugar de encontro e circulação, numa relação associada à rua e à praça. Esta tradição do uso dos espaços públicos para actividades sociais e recreativas cresceu ao longo das últimas décadas, concretizando-se num aumento crescente de ruas pedonais e praças públicas. As condições para os pedestres foram melhoradas, as calçadas foram ampliadas e equipadas com mobiliário urbano, flores e árvores (GEHL e GEMZOE, 2001).

O conceito generalizado de espaço público, como espaço social e recreativo, desenvolveu-se gradualmente na nomenclatura do urbanismo, só aparecendo, “pela primeira vez, num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública nos bairros antigos, reagrupando numa mesma categoria, os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano (...). O sucesso desta noção tem várias explicações: uma nova abordagem da cidade existente, com a passagem da reabilitação à requalificação.” (ASCHER, 1998, pp.172).

O conceito de espaço público tornou-se cada vez mais amplo e generalizado e o seu significado tornou-se mais difícil de definir e ambíguo. A questão principal a definir é o significado de “público”, num momento em que a relação público/privado é cada vez mais estreita.



4- Praça da República, Viseu.



5- Praça D. Duarte, Viseu.

A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO/PRIVADO

“Certos espaços com um estatuto jurídico privado são-no, de facto (ruas, passagens, entradas de edifícios, cafés, etc.) no sentido em que o seu acesso é quase livre para todos, mas reciprocamente muitos domínios públicos não são acessíveis a todos, ou então são apropriados de forma privada (por exemplo, os passeios ocupados pelas esplanadas dos cafés).” (ASCHER, 1998, pp.173)

Esta questão do público/privado enfrenta desafios em tudo idênticos à questão interior/exterior ou colectivo/individual do século XVIII, que levou a uma reconfiguração das práticas urbanas. Certas funções domésticas, que tendiam a um desempenho colectivo (lavagem de roupa, higiene, cozinha), passaram a ser incluídas no ambiente individual da habitação; e, por outro lado, actividades domésticas vieram a dar origem a edifícios e lugares públicos (escolas, hospitais, etc). “Actividades outrora exteriores à habitação tornam-se “domésticas”, isto é, reentram na habitação e são eventualmente “domotizadas” (“electronizadas”): a televisão substitui os serões no café, o congelador limita as idas ao comerciante, (...), etc.” (ASCHER,1998,pp.175).

A problemática do tema espaço público/privado também está a provocar alterações significativas no espaço urbano. As parcerias público-privadas, as concessões de serviços públicos, contribuem para a distorção dos significados de “público” e “privado”. A privatização da cidade avança lentamente, sobretudo nas grandes cidades, materializando-se no encerramento de sectores da cidade ao acesso público (*gate communities*) ou nos equipamentos denominados “públicos”, tais como estações de transporte colectivo ou centros comerciais, que são cada vez maiores e mais urbanos, “disfarçados” de espaço público, porque são abertos e utilizados pelo público, mas que, no entanto, são condicionados e controlados (ASCHER,1998). O termo público implica a noção de acessibilidade totalmente livre e a possibilidade de receber qualquer pessoa, em qualquer momento, para o desenvolvimento de actividades fundamentais à sociedade, seja a mera socialização, actividades de lazer ou de recreação, manifestações políticas ou de qualquer outra actividade.

Estas alterações na configuração espacial e social da cidade contemporânea alteram o significado dos espaços públicos no conjunto das dinâmicas urbanas, pois deixam de ser o elemento que estabelece ordem e estrutura nos tecidos urbanos da cidade, assim como perdem a sua qualidade em servir de suporte de actividades partilhadas. Os espaços públicos perdem assim o seu sentido e reduzem-se à insignificância do vazio, entre edifícios e vias (GRAÇA, 2006).

É o nascer de uma nova ideia de urbanidade, de novos hábitos e novos usos. Novos ambientes, perfeitamente controlados e vigiados, onde as pessoas se sentem seguras e confortáveis, onde tudo é uma experiência única de simulações. “Liberta dos seus centros e limites, por um novo modelo de cidadania consumidora, a vivência da cidade já não se constrói através de vínculos como os espaços urbanos centrais ou representativos. Substituindo-se a estes, surgem novos espaços privados que se multiplicam nos seus centros e zonas suburbanas.” (GRAÇA, 2006, pp.7).

O ESPAÇO PÚBLICO E O PROGRESSO TECNOLÓGICO

“Com certeza que as novas tecnologias de transporte e de comunicação participam na recomposição dos espaços urbanos e rurais, mas elas não desencadeiam uma dispersão generalizada dos homens e das actividades, ao contrário, acompanham e até suscitam novas aglomerações e novas polarizações.” (ASCHER, 1998, pp.19)

Os acontecimentos e avanços tecnológicos, sobretudo do século XX, participaram nas transformações profundas que ocorreram na cidade moderna e no espaço público, tendo modificado as condições para os seus usos principais. Os novos meios de transporte, de comércio e comunicação afectaram em grande escala a cidade; alteraram as dinâmicas sociais e económicas, reorganizaram os usos e transformaram a escala e a configuração física do território da cidade (GRAÇA, 2006).

Estes progressos afectaram a sociedade e os modos de vida da população e consequentemente modificaram a cidade. “ (...) nas técnicas da comunicação, da escrita, a fotografia, o telefone, a rádio e a televisão; nas técnicas de conservação, da escrita à telemática, passando pelo papiro, o papel, a imprensa, a fotografia, o telefone, a rádio e a televisão; nas técnicas de conservação e de acumulação, quer se trate de víveres (as técnicas agrícolas e agro-alimentares desempenharam um papel-chave na urbanização), de informações (do papel e do papiro, ao CD-ROM), ou de riquezas (desde as primeiras pedras que serviram como moedas, ao dinheiro electrónico); progressos, finalmente, nas técnicas de transporte, desde a domesticação dos camelos e dos cavalos ao avião, passando pela roda, pelo leme, etc.” (ASCHER, 1998, pp.20).

Apesar da sua influência dos avanços tecnológicos nas sociedades, o impacto produzido na cidade é sempre relativo a diversos factores e nem sempre se constitui como condição absoluta de urbanização ou crescimento urbano. A forma como estas ferramentas são apropriadas pela população no processo de modificação da cidade é que determina as suas consequências no urbanismo e que pode, eventualmente, criar dinâmicas relevantes no espaço urbano (ASCHER, 1998).



6- Linha do transporte funicular, rua Calçada Viriato, Viseu.

De qualquer modo, é inegável o efeito que estes instrumentos provocaram na sociedade e na forma como se usa o espaço público. O telefone, a televisão ou a internet possibilitaram novos meios de comunicação. O contacto pessoal directo já não é tão necessário; a informação viaja livremente, sem obstáculos, e as ruas e as praças já não são o palco para estes encontros. O automóvel, o comboio ou o avião, encurtou distâncias, aproximou a cidade do campo, a casa do trabalho, mas engoliu a espontaneidade do momento, do evento social inesperado; este tornou-se mais planeado e expectado.

As rotinas e actividades do quotidiano intensificaram-se e diversificaram-se; a mobilidade aumentou; o tempo dedicado aos trajectos é também cada vez maior; o espaço e equipamentos públicos perderam o seu fulgor; e as relações sociais e a vida urbana são afectadas.

REVALORIZAÇÃO DE ÁREAS DESVITALIZADAS

“É claro que a forma de uma cidade ou de uma área metropolitana não apresentará uma ordem gigante, estratificada. Será uma estrutura complicada, contínua como um todo, contudo intrincada e móvel. Tem de ser elástica aos hábitos dos milhares de cidadãos, aberta a mudanças de função e significado, receptiva à formação de novas imagens.” (LYNCH, 1959, pp.132)

A cidade apresenta uma escala e complexidade de tal forma vasta que torna difícil sintetizar uma ideia que explique com clareza a sua estrutura ou dinâmicas urbanas. As tendências expansionistas de urbanização dispersa contribuem para a fragmentação do território, consumando uma ideia de “cidade-somatório de tecidos soltos, acessos viários e acumulações comerciais”, associado ao fenómeno de “metropolização” estabelecido por Ascher.” (GRAÇA, 2006, pp.1).

Para explicar a ordem e estrutura da cidade, Jane Jacobs compara-a a um campo extenso na escuridão iluminado por focos luminosos. A quantidade de luz emanada depende dos argumentos de cada local, nas questões da diversidade e vitalidade apresentada. Portanto, a verdadeira ordem da cidade está por detrás desta teia de focos, de diversos tamanhos dispersos pelo território; a intensidade do foco determina o seu valor ou influência nas dinâmicas urbanas e revela a estrutura real da cidade. Os lugares na cidade onde os focos não conseguem crescer, acabam por se apagar, tornando-se escuros, sem forma e sem estrutura urbana. “Essa é a ordem essencial para a qual o desenho urbano pode contribuir. É necessário tornar clara a extraordinária ordem funcional dessas áreas de vitalidade. À medida que as cidades ganham mais áreas desse tipo, e menos áreas apagadas ou trevas, crescem a necessidade e as oportunidades de tornar clara essa ordem.” (JACOBS, 2000, pp.420).

As políticas de reabilitação revelam-se então como um bem necessário, não só para reanimar situações obsoletas ou amorfas, mas também numa tentativa de abanar as dinâmicas da cidade. Aldo Rossi refere-se a estes espaços como “momentos de um processo de transformação”, que representam “tempos mortos da dinâmica urbana”



7- Centro comercial Fórum, Viséu.

(ROSSI, 1966, pp.138). “Costurar” estes momentos na trama urbana, será importante para revigorar toda a envolvente próxima.

Contudo, a ideia de reabilitação urbana é, demasiadas vezes, focada na concretização de um ambiente propício ao consumo e lazer, a actividades cujo objectivo prende-se com a dinamização cultural, na procura de novos utilizadores do espaço público.

O “centro histórico” transforma-se assim no palco para um “espectáculo” que de certa forma atropela a via quotidiana dos residentes deste espaço e acentua o conflito de imagens da cidade, uma distinção entre “cidade do passado” e “cidade do presente”, quando seria necessário unificar ou, pelo menos, quebrar eventuais limites constrangedores.

As políticas de reabilitação deveriam guiar-se no sentido da diversidade, numa mescla entre o “antigo” e o “moderno” a funcionarem em conjunto para dar forma à paisagem urbana reforçando, assim, a imagem global destas zonas históricas. “Neste sentido, a simultaneidade de diversidades pode ser vista como uma condição necessária para assegurar a sustentabilidade cultural, na medida em que pode transportar e formar objectivos promessas de superação da realidade material mas sobretudo imagética. Ou seja, essa simultaneidade, combinada com uma imbricação equilibrada dos elementos antigos com os modernos, pode ser a imagem mais visível da longa duração, revelando, por aí, que a cidade tem não só passado, como tem também um futuro.” (PEIXOTO, 2003, pp.217).

“Os “centros históricos” reabilitados estão, em maior ou menor grau, a converter-se em palcos de sociabilidades espectacularizadas e de encenação da vida quotidiana, constituindo-se como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades. (...) Por outro lado, a animação crescente dos “centros históricos” e a sua turistificação, constituem e originam expressões performativas e plásticas que pretendem sugerir ideias de cidadania e de participação cívica.” (PEIXOTO, 2003, pp.222). Cria-se, desta forma, uma falsa ideia de sociabilidade, ligada a um espectáculo visual de consumismo, algo típico das superfícies comerciais. Esta ideia de cenário glamoroso virado para o espectáculo, dirige o conceito de espaço público para um significado mais superficial - cria falsos significados e afecta a sua relação com a cidade.

3. VISEU. EVOLUÇÃO E FORMAÇÃO DA CIDADE

“Mas com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento.” (ROSSI, 1966, pp.31)

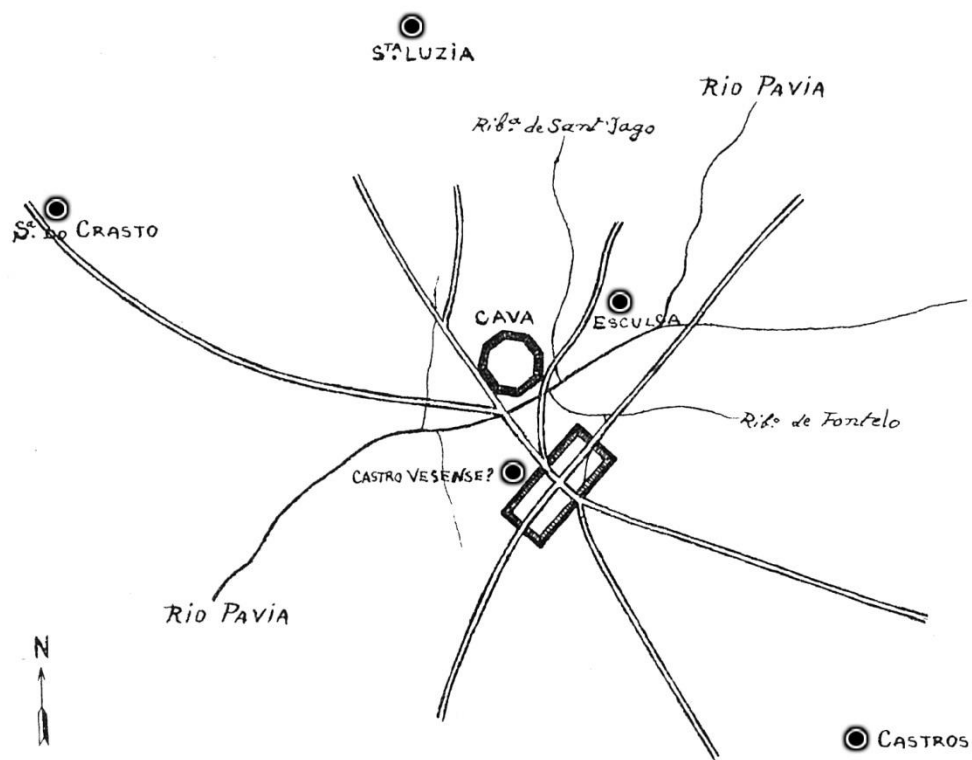
ORIGEM E FORMAÇÃO

As origens da cidade de Viseu remontam ao período proto-histórico. Um planalto granítico de localização privilegiada que permitia funções de defesa e controlo do território, no cruzamento de vias importantes para encontros e trocas comerciais e a proximidade do rio que permitia além da cultura do solo, a caça e pesca (GIRÃO, 1925).

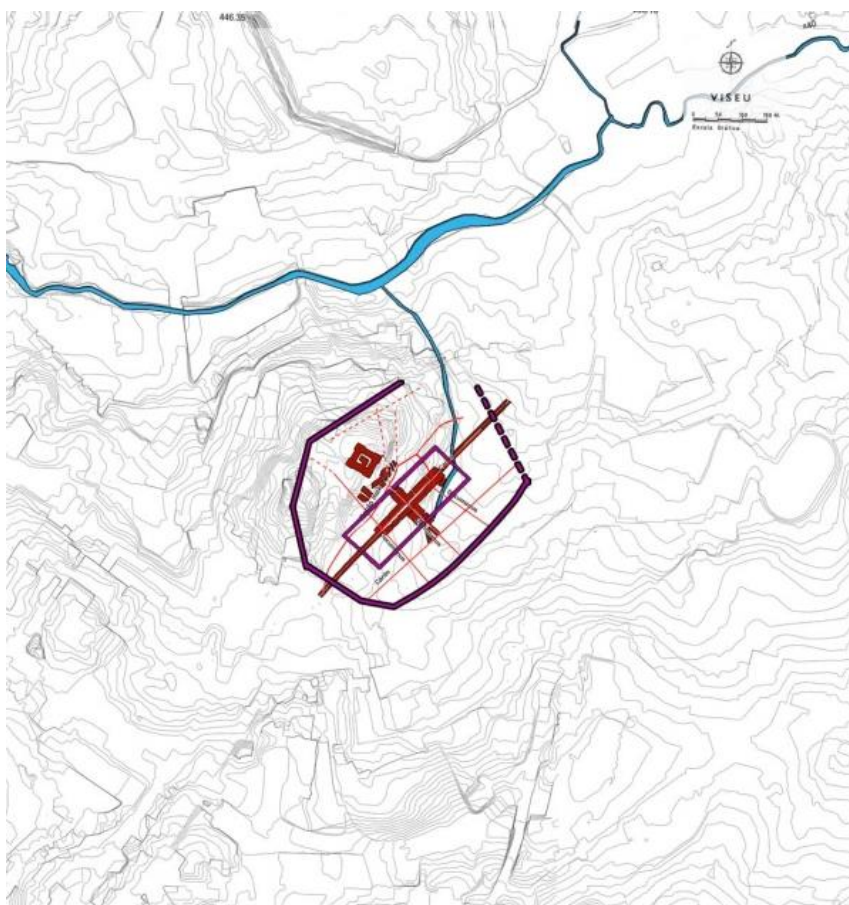
Um núcleo castrejo ou uma simples posição fortificada ter-se-á situado no ponto mais elevado, a cerca de 494 metros de altitude, “ sem arruamentos, que aproveitava os afloramentos graníticos e a própria topografia do terreno para dispor os espaços domésticos e áreas funcionais” (VAZ e CARVALHO, 2009, pp.34).

Este pequeno aglomerado era composto por habitações com estrutura circular e “era de rodeado de uma forte estrutura defensiva constituída por uma muralha em pedra e um fosso que nalguns pontos atingiria a profundidade de 3 metros e tinha as paredes inclinadas ou quase verticais.” (CABRITA et al., 2010, capítulo 3 pp.2).

Seria um dos vários povoados principais da zona com os quais estabelecia rotas comerciais situando-se um a Nordeste de Viseu, na Senhora do Castro (612m) e o outro a Norte da cidade, no Monte de Santa Luzia (633m).



8- Viséu no tempo dos Romanos



9- Viséu do século XII até meados do século XIX

PERÍODO ROMANO

Durante a conquista romana da península ibérica, o núcleo castrejo existente foi refundado, dando origem a uma nova cidade, desde logo capital de *civitas*. A antiga fortificação deu lugar um aglomerado tipicamente romano, de acordo com as normas do urbanismo ortogonal e revestido com uma muralha (VAZ e CARVALHO, 2009).

A influência romana foi determinante na ascensão e afirmação da cidade. Viseu estabeleceu-se como um importante ponto de cruzamento de vias regionais, conectando-se com outras localidades no contexto nacional e peninsular.

A forma como a cidade se estabeleceu não é clara, havendo autores que defendem que esta se desenvolvia a partir de dois pólos principais, um no alto da colina da Sé e outro na baixa, na zona da Regueira, para além da Cava de Viriato desde sempre considerada como acampamento romano; enquanto outros defendem apenas a existência de um pólo correspondente à área do actual adro da Sé, anteriormente um fórum romano.

A cidade romana orientava-se segundo uma estrutura baseada em dois eixos principais: o *cardo maximus*, no sentido Norte-Sul, actual rua Direita e o *decumanus maximus*, no sentido Este-Oeste, com a direcção da actual rua do Gonçalinho. De cada lado destas ruas existiam quatro portas que rasgavam a muralha; duas delas ficavam uma no início e outra no fim da rua Direita; outra no encontro das actuais rua do Gonçalinho com a rua da Prebenda (fig.11); e a última estaria nas proximidades da Porta do Soar (fig.12). Por estas portas, saíam vias orientadas pelos pontos cardiais que se ramificavam noutras direcções. Junto destas vias localizavam-se necrópoles.

Os limites da muralha devem ter permanecido inalterados durante os três primeiros séculos até à previsível chegada dos povos invasores que forçaram novas medidas de segurança, nomeadamente na redução do perímetro murado. Perante isto, o bairro na zona da Regueira foi excluído do anel defensivo, sendo que o novo pano atravessava agora o actual Largo e Igreja de Santo António, em direcção a Santa Cristina, pelas ruas da Árvore, da Prebenda e do Chantre (fig.11).

Posteriormente a este período a cidade teve um desenvolvimento significativo resultando na expansão do aglomerado a partir da colina em direcção ao vale, o que possibilitou o desenvolvimento da zona baixa. Esta expansão terá sido simultânea à ascensão da Cava como nova centralidade. O desenvolvimento do comércio, consequência dessa convergência de vias de comunicação, foi também decisivo no aumento demográfico da parte mais baixa da cidade.

Mais tarde, no século VIII, Viseu foi ocupada pelos muçulmanos e, durante a Reconquista, foi alvo de ataques tanto de cristãos como de muçulmanos, arrasando quase por completo a cidade, até à conquista definitiva por Fernando Magno no século XI.

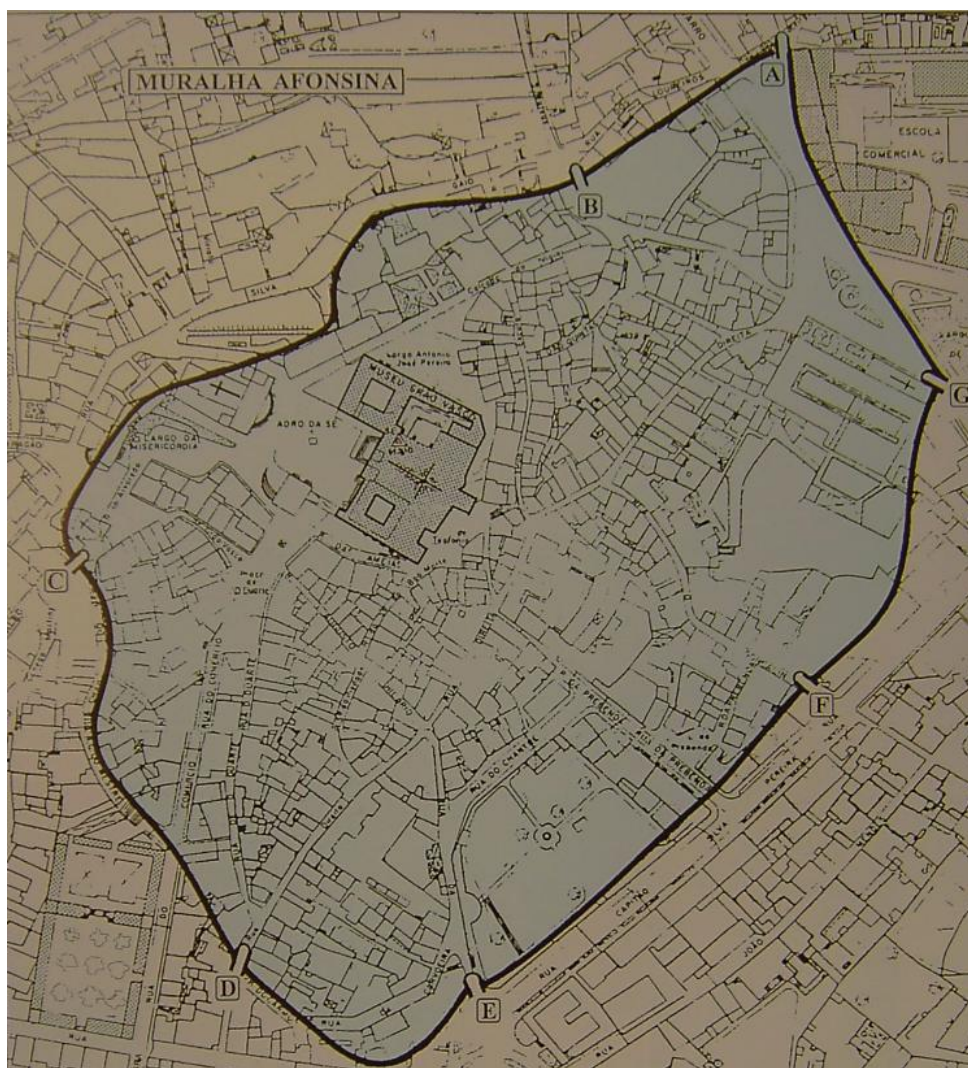
PERÍODO MEDIEVAL

Viseu foi várias vezes residência dos condes D. Teresa e D. Henrique, que deverão ter tido residência no local do claustro renascentista da Sé. Julga-se inclusive que haveria nesta altura um castelo com quatro torres.

A aglomeração urbana no século XII apresentava uma “certa disposição ganglionar” com a fortaleza românica a marcar o topo, enquanto que a “cidade baixa” deveria “apresentar uma configuração radiada bem evidente, como ainda hoje sucede com a cidade de Braga, pela mesma circunstância de corresponder a um nó importante de vias romanas, motivo por que já tem sido comparada, com certa propriedade de expressão, a uma aranha gigantesca.” (GIRÃO, 1925, pp. 49).

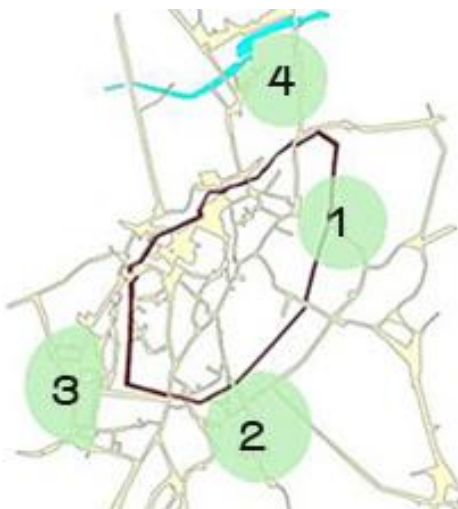
No século XIV, os constantes ataques sofridos durante este período tiveram consequências e provocaram profundas alterações no aglomerado viseense. O antigo castelo foi desmantelado e a reformulação da malha urbana foi acompanhada por uma nova linha de muralhas, iniciadas por ordem de D. João I e concluídas nos finais do reinado de D. Afonso V— motivo pelo qual a estrutura é conhecida pelo seu nome, muralha afonsina.

O novo muro era rasgado por sete portas: do Soar, de Cimo de Vila, de Santa Cristina, da Regueira ou de São Miguel, do Arco, do Postigo e de São Sebastião (fig.12). Destas, resistiram a do Soar, junto ao largo Pintor Gata, e a do Arco, na Rua dos Cavaleiros; as restantes foram demolidas no século XIX. “Em contraste com o carácter aberto do campo era a presença da muralha que consagrava o estatuto urbano de uma povoação, e que delimitava, física e simbolicamente, a cidade da não cidade. Construída por motivos essencialmente defensivos a sua funcionalidade foi alterada ao longo do tempo, perdendo progressivamente o seu carácter militar, mas mantendo inalterada sua função de delimitação do espaço urbano.” (CASTILHO, 2012).



12- Extinta muralha Afonsina e portas de acesso.

Portas A e C ainda existem. A- Porta dos Cavaleiros; B- Porta da Traição; C- Porta do Soar; D-Porta do Cimo de Vila; E- Porta de St. Cristina; F- Porta da Regueira; G- Porta do Terreiro das freiras



13- Praças e largos em torno da muralha.

1- Largo Mouzinho de Albuquerque; 2- Largo Alves Martins; 3- Praça da República; 4- Largo Major Monteiro Leite

A principal artéria da cidade era a rua Direita, que já na altura evidenciava a sua importância no roteiro comercial urbano. Transversais a esta, surgiam outros arruamentos com uma disposição radial em volta do ponto mais elevado da cidade, ligando à parte baixa onde se abriam as portas da muralha. “Todas as outras ruas seguiam paralelas a estas, excepto na zona principal do antigo castro, a encosta nordeste, desde a acrópole da Sé até à porta norte, ao fundo da Rua Direita, onde ainda hoje existe um certo caos urbanístico que não se vê na restante área urbana.” (CABRITA et al., 2010, capítulo 3 pp. 3).

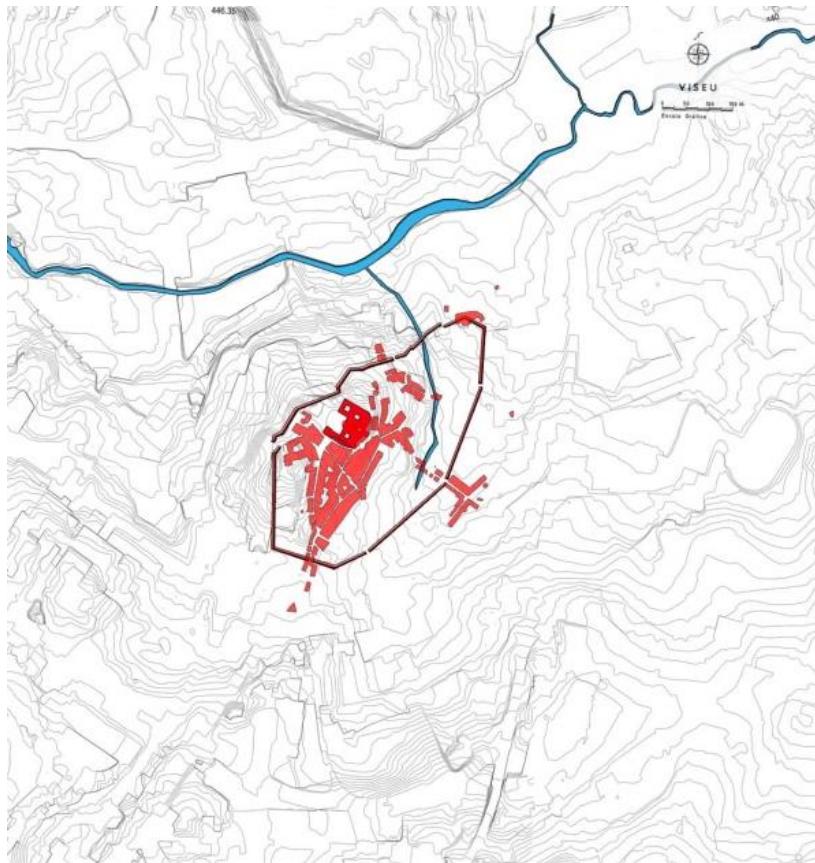
Passando os limites da muralha, a artéria mais importante da zona baixa seguia quase paralelamente à rua Direita, a rua da Regueira que, segundo Amorim Girão, tratava-se de uma antiga estrada romana.

PERÍODO MODERNO

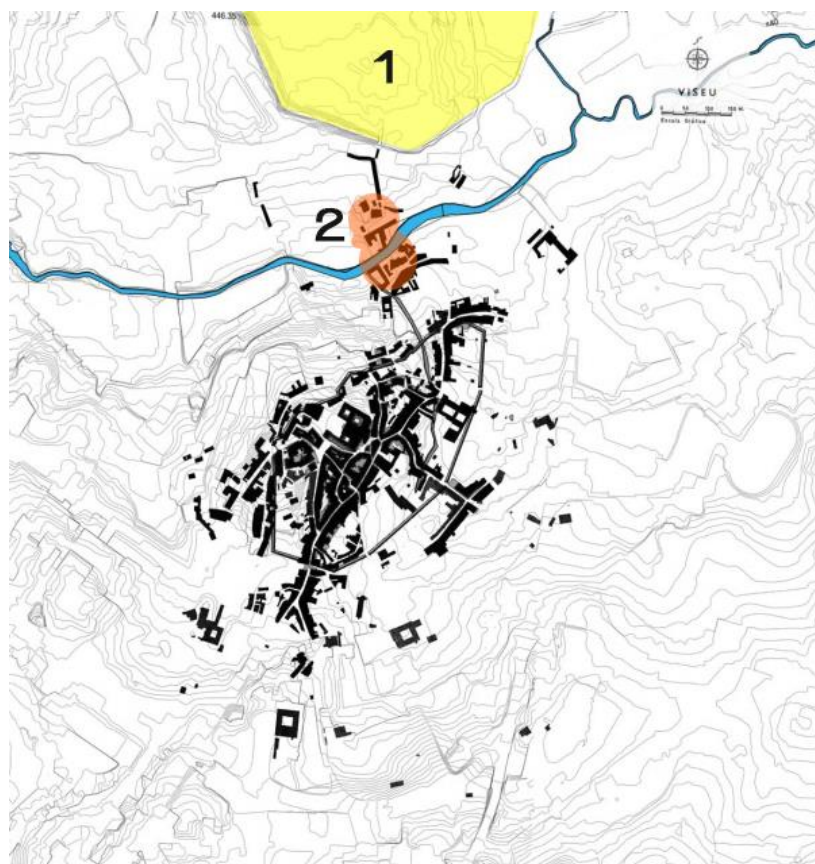
O espaço urbano da Sé e a sua envolvente próxima, incluindo a Praça D. Duarte, começou a erguer-se por volta do século XVI, com alterações de funções. Até à data da construção da Sé, este era um espaço militar pontuado com um castelo, tendo passado a religioso, enquanto que a Praça D. Duarte manteve o seu carácter misto de centro cívico e comercial até os finais do século XVIII. No século XVI efectiva-se a ocupação de espaços fora do perímetro das muralhas. Os primeiros espaços a ser ocupados foram o largo Alves Martins, onde se ergueu a ermida medieval de Santa Cristina, com uma fonte e cruzeiro; o actual Largo de Santo António, com a construção, no terceiro quartel do século XVI, do convento das religiosas de S. Bento ou de Jesus, de traço maneirista; e a actual zona central, a praça da República que, eventualmente, se tornaria a referência principal da cidade (fig.16). O número de edifícios públicos vai aumentando nesta zona, envolvida pelo Paço do Concelho e outros edifícios públicos, além de ser o local onde se realizava algum comércio, nomeadamente a feira mensal.

Nos séculos XVII e XVIII, dá-se continuidade à expansão urbana para o exterior do recinto amuralhado com a edificação de quintas, igrejas, conventos e habitações nobres. Os edifícios públicos e administrativos que se encontravam dentro do perímetro murado iam começando a instalar-se na periferia urbana, libertando a zona central da cidade. Destaca-se o novo equipamento de saúde, o Hospital da Misericórdia, erguido no final do século XVIII, na zona a Sul do “centro histórico” (fig.16).

O espaço urbano periférico continua o seu desenvolvimento durante este período. Formam-se quatro grandes largos, a praça da República, o largo Alves Martins, o largo Mouzinho de Albuquerque e o largo do Arrabalde (actual Largo Major Monteiro Leite), todos eles marcados por novos edifícios religiosos (fig.13). No largo Alves Martins, ergue-se o edifício da Congregação do Oratório de São Filipe Néri (século XVII/XVIII), com a edificação da igreja de estilo barroco; ainda no mesmo local, é construída a igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Campo (1738); na praça da República, a igreja da Ordem Terceira de São Francisco (século XVIII); e, ainda no mesmo período, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, no Rossio da Ribeira (lado oposto do rio junto ao Arrabalde).



14- Visu em 1700



15- Visu em 1864

1) Cava de Viriato; 2) Arrabalde binuclear

PERÍODO CONTEMPORÂNEO

O início do século XIX é marcado pela modificação dos limites murados do “centro histórico”. Na sequência de vistorias ao estado de conservação das portas da cidade, decidiu-se, por razões de segurança e de constrangimento de espaço rodoviário, proceder à demolição de três das sete portas que compunham a muralha (actualmente restam apenas duas).

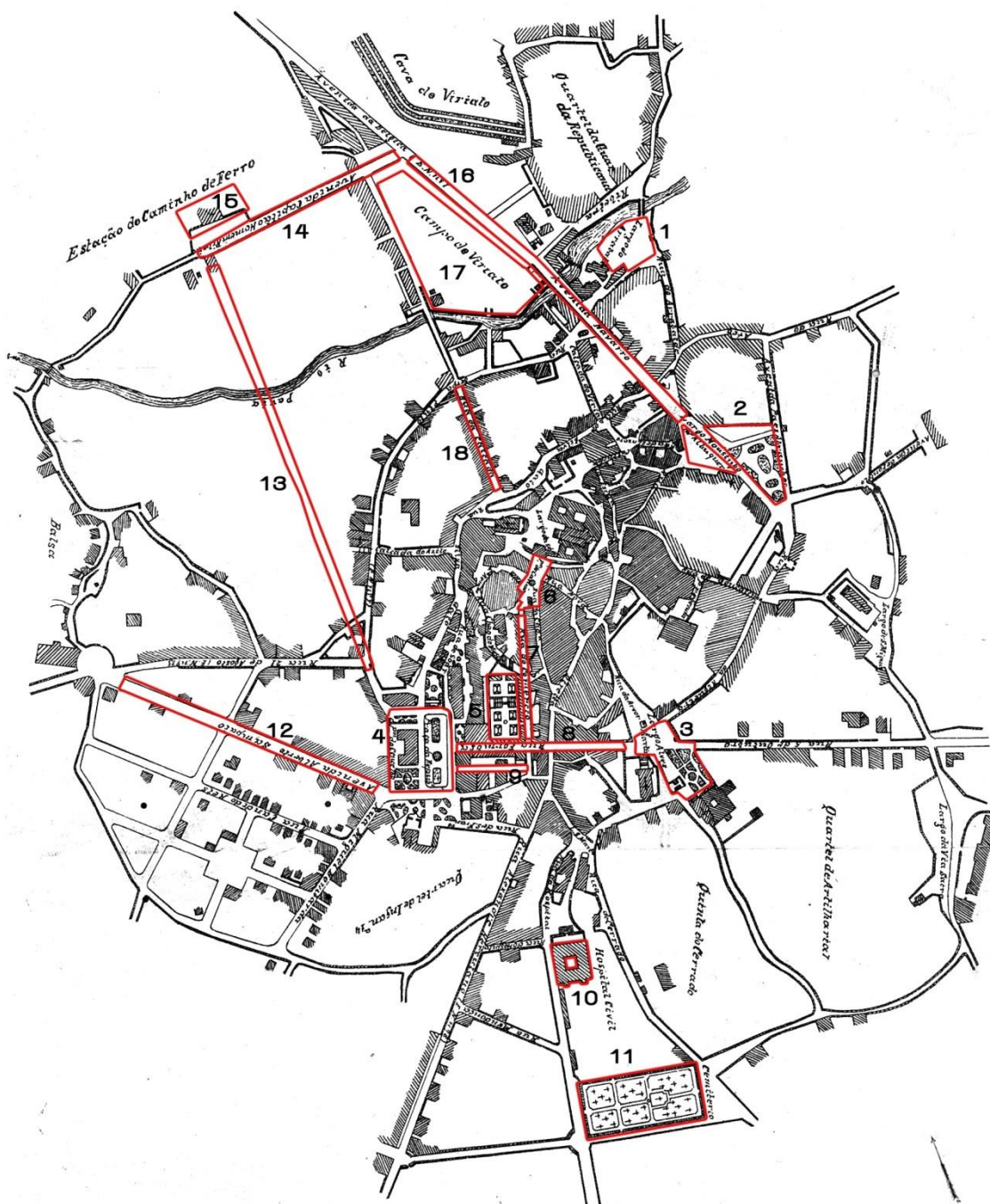
A partir da segunda metade do século XIX há uma clara tentativa de elevar o estatuto da cidade a capital do distrito e dá-se início a uma série de melhoramentos urbanos, com novas áreas de expansão, idealizados no plano de 1864.

A cidade cresce para Sul e Poente. Surgem novos arruamentos, novas centralidades, são feitos melhoramentos em algumas ruas existentes, no espaço público e construíram-se novas infra-estruturas.

Junto à actual praça da República surgem ruas novas adjacentes, a rua da Paz e a rua Formosa, servindo esta última de ligação do largo Alves Martins à estrada de Mangualde (artéria fundamental nos acessos à cidade, com influência na difusão da população citadina do centro para a periferia). A rua do Comércio (actual rua Dr. Luís Ferreira) é a nova artéria que rasga o “centro histórico” em direcção à actual praça D. Duarte e marca um dos principais acessos ao coração do “centro histórico”. A rua da Calçada, com ligação ao Campo de Viriato a partir do Adro da Sé, é outro dos eixos marcantes de acesso ao interior do núcleo antigo.

Ao nível de infraestruturas, o novo edifício dos Paços do Concelho é erguido em 1886 na praça da República, marcando em definitivo o lugar administrativo da cidade. O novo mercado 2 de Maio, junto ao cruzamento da rua Dr. Luís Ferreira com a rua Formosa, marca os novos eixos comerciais de eleição da cidade e o novo cemitério marca a extensão da cidade para Sul (fig.16).

O espaço público é também intervencionado e, das medidas impostas, destaca-se a implementação de mobiliário público, acrescido da plantação de árvores, nos Rossios de Massorim e de Santa Cristina (praça da República e largo Alves Martins).



16- Viseu nos finais do século XIX

- 1- Largo Major Monteiro Leite; 2- Largo Mouzinho de Albuquerque; 3- Largo Alves Martins; 4- Praça da República;
 5- Mercado 2 de Maio; 6- Praça D. Duarte; 7- Rua do Comércio; 8- Rua Formosa; 9- Rua da Paz;
 10- Hospital da Misericórdia; 11- Cemitério; 12- Av. Alberto Sampaio; 13- Av. Dr. António José de Almeida;
 14- Av. Capitão Homem Ribeiro; 15- Estação de Caminho-de-ferro; 16- Av. Emídio Navarro; 17- Campo de Viriato
 18- Rua da Calçada

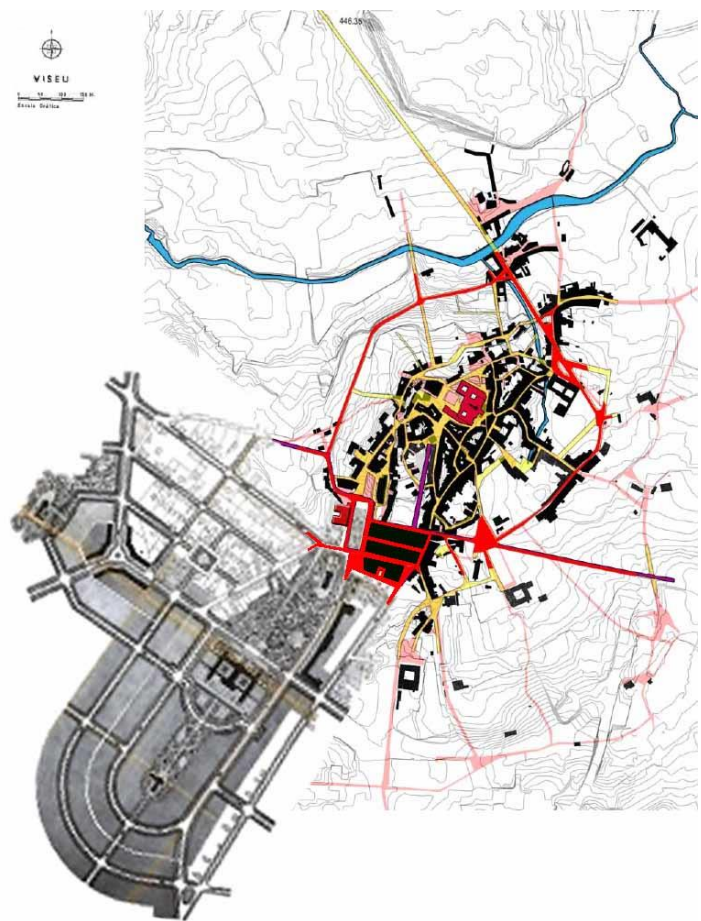
Com a chegada do comboio à cidade em 1893, foi necessário proceder a melhoramentos viários de acesso à nova estação de caminho-de-ferro. Deste processo surgiram as avenidas Emídio Navarro e Dr. António José de Almeida, apesar do local da estação ter sido na actual Avenida Capitão Homem Ribeiro (fig.16). O comboio iria deixar a cidade em definitivo em 1989.

O início do século XX é marcado pela abertura de novos bairros e avenidas, de forma a acompanhar o crescimento da população urbana e da cidade no sentido sul e poente. A cidade expande-se através de princípios lançados nos planos gerais de urbanização (tal como se fez em muitas outras cidades nacionais), seguindo uma nova tendência de pensar a cidade, encarando-a como um todo. Influenciado pelo conceito de cidade-jardim, concretizou-se uma série de modernizações ao nível de mobiliário público e rodoviário e ao nível do desenho urbano e paisagístico. O Bairro de Massorim foi o primeiro exemplar a erguer-se segundo os novos traçados regulares, desde logo com a abertura da avenida Alberto Sampaio.

Em 1919 o capitão Almeida Moreira (vice-presidente da Câmara Municipal) foi a figura que se destacou no planeamento da cidade, com a publicação de um plano “constituído por 17 pontos, nele se preconizava, entre outras medidas, a abertura de diversas ruas e avenidas; a pavimentação de ruas; a melhoria do abastecimento de água; o saneamento básico, ainda deficitário à época; a instalação da rede telefónica; a construção de equipamentos como escolas primárias, teatro municipal, balneário com piscina, bem como um campo de jogos no Fontelo; a “regularização e nivelamento” do Campo da Feira, “erigindo-se ao centro um monumento a Viriato.” (CABRITA et al., 2010, capítulo 3 pp.17).

A influência do capitão Moreira também se fez sentir no “centro histórico”, ao inculir um papel mais relevante como atracção turística no contexto nacional. O conjunto formado pela Sé e o Museu de Grão Vasco serviam de cartaz para a promoção da cidade e do seu património.

O aumento do tráfego rodoviário era acompanhado com melhoramentos nas condições de mobilidade, com destaque para a abertura da avenida António José de Almeida, principal eixo de acesso do aglomerado a Norte até à praça da República e, a



17- Anteplano de Marzovelos 1939



18- Anteplano Geral de Urbanização 1952

Sul deste, a actual avenida 25 de Abril. E ainda a avenida José Relvas, esta na direcção do Fontelo, na zona Este da cidade, local de um extenso parque verde para lazer.

Por esta altura, as intervenções no “centro histórico” eram mais pontuais e superficiais. Os problemas de acesso automóvel ao centro urbano faziam-se notar e, perante isto, surge o novo Plano de Urbanização do Engenheiro António Barreiros de 1935. Este plano delineou uma série de melhoramentos urbanos ao nível de requalificação de vias e equipamentos existentes. “Contém propostas de organização da construção, alinhamentos, afastamentos, etc., a serem aplicados nas novas construções e na reabilitação do centro da cidade, e revela a preocupação da promoção de habitação para todas as classes sociais.” (CABRITA et al., 2010, capítulo 4 pp.16). Propôs ainda a construção de uma via circular periférica dando início ao modelo radioconcêntrico da cidade, revelando assim uma preocupação com a ligação viária aos aglomerados populacionais periféricos.

Em 1939 é idealizado o Antepiano de Marzovelos (fig.17), numa zona de continuidade com o Bairro de Massorim. Este plano caracterizava-se pelos eixos monumentais centrados em redor ao Liceu de Alves Martins, acrescido da proposta de três parques que encerravam a área de urbanização.

Em 1952 é apresentado o Antepiano Geral de Urbanização de Viseu (fig.18), de João António Aguiar, sucessor do plano anterior. O contributo de Aguiar foi dos mais significativos no desenvolvimento da cidade, servindo de referência aos progressos subsequentes. Este contributo definiu-se a vários níveis; no planeamento da estrutura viária base da cidade e descongestionamento da área central; no desenvolvimento da via Circular Externa que iria ajudar a redistribuir o tráfego periférico; e ainda na sugestão de equipamentos públicos. Destacou-se na actuação sobre zona histórica: na reabilitação de edifícios de interesse histórico e arquitectónico, com destaque para o conjunto da Sé Catedral, igreja da Misericórdia e Museu Grão Vasco; em melhoramentos e abertura de arruamentos de acesso ao topo da colina, onde se destaca a rua Dr. Luiz Ferreira. Contribuiu com propostas de novos edifícios públicos; servem de exemplo os casos do Mercado Municipal e do edifício que actualmente alberga o quartel dos Bombeiros Municipais na rua João Mendes; a Central de

Camionagem, na avenida António José de Almeida; e a renovação do actual edifício actual dos Correios, junto ao largo General Humberto Delgado.

No final dos anos 60, a cidade começava a apresentar um índice de desenvolvimento mais acentuado na periferia do que no centro urbano, potenciado pelo crescimento demográfico e económico ocorrido neste período.

Em 1975 procedeu-se a uma tentativa de revisão do antepiano de João Aguiar por parte da Câmara Municipal de Viseu de forma a abranger as zonas suburbanas mas sem grande sucesso. Ainda assim, em resposta ao crescimento demográfico e à necessidade de renovação das habitações em más condições, definiram-se duas áreas de expansão exteriores à via da Circular Externa, uma a Norte e outra a Sul, que passariam a ser da alçada de Planos de Pormenor a elaborar pelo município.

Mais tarde, na década de 80, concebeu-se um novo plano da autoria da Macroplan; contudo, tal como o anterior, sem grande sucesso. Ficaram, no entanto, mais uma vez, alguns apontamentos que serviriam de guia para transformações urbanas futuras. De assinalar, a proposta para uma segunda circular com a finalidade de conectar as zonas suburbanas periféricas em redor do centro urbano. Definiu-se ainda a localização de novas áreas habitacionais e de áreas destinadas a equipamentos colectivos. Desta forma foram construídos o novo Hospital de Viseu e o Instituto Superior de Tecnologia.

Já nos anos 90, tendo em conta o antepiano de 1952 e posteriores intervenções propostas nos planos dos anos seguintes, foi elaborado o primeiro Plano Director Municipal, aprovado em 1995. Com isto, os primeiros passos concretizaram-se na construção da segunda circular e no reforçar de todo o sistema viário associado às circulares. Valorizou-se também o desenvolvimento do território entre os dois sistemas viários anteriormente referidos, sintetizados em diversos Planos de Pormenor.

A cidade foi evoluindo à conta destes processos ao longo da década de 90, deixando de fora a zona histórica e alguns espaços verdes adjacentes. Para combater esta tendência, implementou-se no ano de 2000 o chamado Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. Este programa focou-se essencialmente na área envolvente ao rio Pavia, destacando-se a

requalificação do rio e a proposta de equipamentos de apoio, tais como o centro comercial Fórum, e ainda, a construção do Parque Urbano da Aguieira e do Parque Urbano da Radial de Santiago (fig.19). Foi também requalificado o recinto da Feira de S. Mateus, no Campo de Viriato, assim como a instalação de um novo meio de transporte colectivo, o funicular, com acesso ao topo da colina, junto ao adro da Sé. A Cava de Viriato foi alvo de melhoramentos paisagísticos e ficaram previstas zonas para a implantação de equipamentos habitacionais através do Plano de Pormenor da Cava de Viriato e áreas envolventes, projecto da autoria de Gonçalo Byrne.

No início do ano 2006 formou-se a Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, VISEU NOVO, com o objectivo de conduzir o processo de reabilitação urbana da área da zona histórica e espaços envolventes.

Numa primeira fase a área de intervenção incluía apenas uma zona classificada de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística – ACRRU – pelo Decreto nº 28/03 de 11 de Junho, onde se inclui a totalidade da zona histórica e um território envolvente (fig.20).

Esta área de intervenção confronta, a Norte, com as novas áreas de desenvolvimento urbano que englobam a feira de S. Mateus, o Fórum, o Pavilhão Multiusos e a Cava de Viriato; a Poente, com o Instituto Politécnico e, a Nascente, com a Escola Secundária Emídio Navarro.

A estratégia usada distingue oito zonas de reabilitação, denominadas de Unidades Operativas de Reabilitação (UOR), “atendendo à sua especificidade física, articulação e complementaridade, bem como às acções previstas em função de tais especificidades, procura assegurar um melhor aproveitamento das potencialidades e oportunidades presentes, a sua valorização e respectiva integração na dinâmica económica e social da cidade de Viseu, num quadro de reabilitação e requalificação sustentada.” (PARQUE EXPO 98 SA, 2008)

Das intervenções propostas, de uma forma geral, apronta-se a actuar na reabilitação de edificado específico, assim como espaços públicos de praças e largos; na consolidação e criação de espaços verdes; reordenamento do tráfego e reformulação do estacionamento automóvel; e libertação de logradouros, entre outras medidas.



19- Parques urbanos



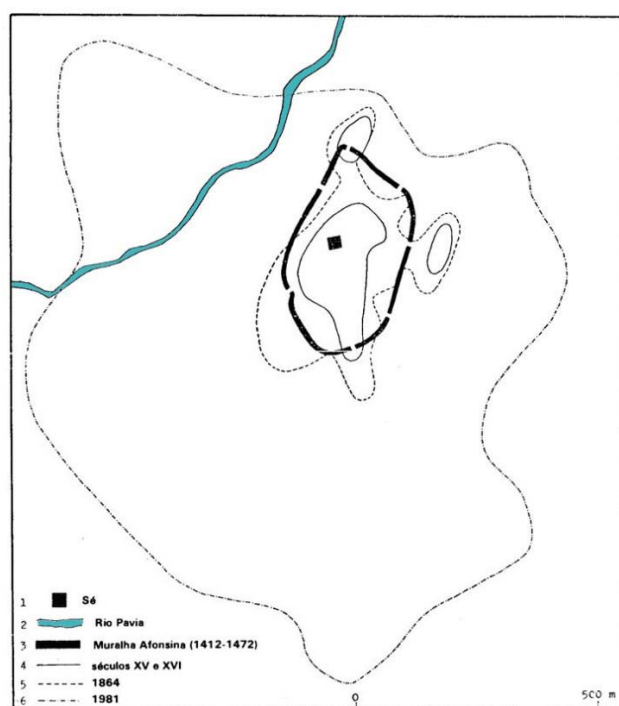
20- Limite a negro: Zona histórica
 Limite amarelo: ACCRU
 Limite vermelho: ARU

Em termos de intervenções mais significativas destacam-se, na UOR1, a proposta de requalificação da Praça 2 de Maio, o conjunto dos Largos Pintor Gata e Misericórdia e Praça D. Duarte; na UOR2, a proposta de um novo empreendimento e parque verde agregado, no loteamento junto ao cruzamento da avenida Capitão Silva Pereira e rua da Árvore; na UOR3, a proposta de uma praça, área verde, parque de estacionamento, assim como equipamentos de habitação, comércio e de ensino infantil no loteamento vazio que se encontra nas costas da Igreja de Santo António. Sugere, ainda, a recuperação e manutenção das actuais instalações afectas ao Exército e G.N.R.; na UOR4, a proposta do parque de estacionamento sob o jardim adjacente à Praça António José Pereira; na UOR5, a instalação do funicular; na UOR7, a reformulação dos largos Mouzinho e Santo António com a introdução de parque subterrâneo; na UOR8, encontra-se prevista a implementação de um plano para a ocupação da parcela de terreno a Sul desta zona (fig.20).

Em 2012, em concordância com o exposto no Artigo 78º da Lei 32/2012 de 14 de Agosto, foi estabelecido um regime transitório para as Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanísticas (ACRRU), definindo o procedimento para a sua conversão em Áreas de Reabilitação Urbana (Decreto-Lei nº. 307/2009 de 23 de Outubro). A área de intervenção inclui agora três novas zonas: a Cava de Viriato, a Zona da Ribeira e o Bairro Municipal (fig.20).



21- Viseu na actualidade



22- Evolução do perímetro urbano

4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

“O projecto de espaço público cruza temáticas diferentes. Reporta a uma totalidade – a cidade – e à diversidade dos seus quarteirões, dos seus fragmentos. Faz corpo com um lugar, com arquitecturas que lhe conferem carácter, cores, fechamentos ou aberturas. Abre-se a frequentadores, estranhos, crianças, veículos. Ao nível do solo como ao nível do céu, cruza a memória colectiva e o uso individual. Necessita da colaboração de um grande número de intervenientes – o que torna a sua realização muito complexa.” (PINCON-LEFEBVRE, citado por MENDES, 2000, pp. 21)

4.1 ANÁLISE GERAL

EIXOS E DINÂMICAS PRINCIPAIS

Analizando o contexto geral da cidade, nos seus traços, edifícios notáveis e dinâmicas urbanas principais, retira-se, num primeiro plano, três gestos urbanos que marcam a cidade e as suas transições (fig. 25).

O primeiro eixo (E1) marca toda a área Norte da cidade e apoia-se na relação com o rio Pavia, incluindo os parques urbanos nas extremidades e os espaços públicos, Campo de Viriato e largo Major Monteiro Leite. É um plano ainda em desenvolvimento e só é perceptível o confronto das duas margens na zona central composta pelo centro comercial Fórum de um lado e o Pavilhão Multiusos do outro. O Campo de Viriato é um espaço de grande afluência e uma das referências nesta zona da cidade funcionando como um grande parque de estacionamento de livre acesso. A zona a Nordeste da cidade é das áreas mais desoladas de todo o perímetro urbano. O nível de indefinição e desocupação de lotes é alto e o nó de acesso a partir da Circular Externa, conflui num cruzamento algo intrincado, com ruas de apenas um sentido.

O segundo eixo (E2) alinha-se segundo a orientação Norte-Sul, conformado pelas avenidas Dr. António José de Almeida e 25 de Abril, sendo marcado por uma sucessão de edifícios significativos no contexto urbano. Começando no ponto mais a Norte, com o Pavilhão Multiusos, sucede-se de seguida, a Central de Camionagem, Centro Comercial Fórum, Centro de Saúde; ao centro, a referência principal da cidade, a praça da República, local onde acabam por afluir os outros dois acessos do lado Noroeste. Esta praça assume-se como uma das âncoras de Viseu, o centro cívico da cidade marcado por edifícios significativos, tais como o Banco de Portugal, Câmara, Tribunal e Igreja dos Terceiros. A praça forma um cenário de opulência e monumentalidade definindo um espaço de referência, sendo por isso que, tendencialmente, as dinâmicas urbanas do lado Este acabem por ali recair com mais afluência. O terceiro eixo (E3) atravessa a cidade de Oeste a Este e marca a área inferior do perímetro urbano, junto ao parque Aquilino Ribeiro. O trecho desenha-se em sequência através das avenidas Engenheiro Engrácia Carrilho e Infante D. Henrique, rua Mendonça, avenida 10 de Junho, rua Padre Virgílio Lopes e rua do

Seminário. A sua composição em pequenos segmentos esconde o seu traçado bastante linear e perfurante, mas, ainda assim, é inegável a sua marcação no espaço urbano. O parque Aquilino Ribeiro marca uma zona de transição entre os dois eixos anteriores e, por isso, constitui um ponto nodal passível de um grande impacto urbano e, a sua reabilitação, deveria ser considerada numa proposta autónoma. Do lado sudeste, todos os acessos a partir da Circular Externa, inevitavelmente, atravessam o conjunto viário e culminam em dois pontos, no largo Alves Martins e no largo General Humberto Delgado.

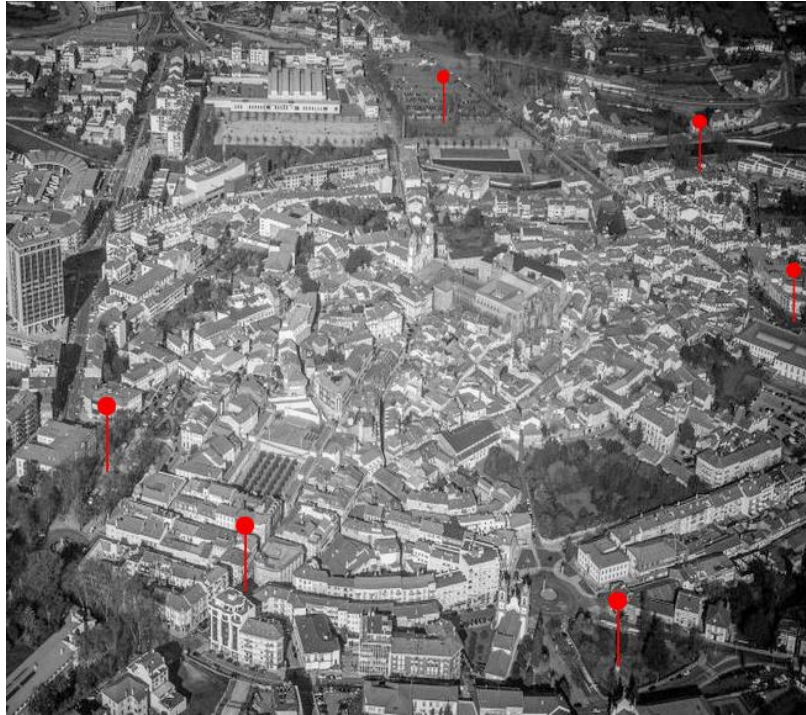
O lado Este da cidade, ao contrário das situações anteriores, não apresenta uma ideia tão clara de composição urbana, o que poderá explicar os grandes vazios que se encontram nesta zona da cidade. A sucessão contínua de avenidas leva à rápida dispersão e os largos Santo António/Mouzinho de Albuquerque não apresentam a capacidade de fixar.

PRAÇAS E LARGOS

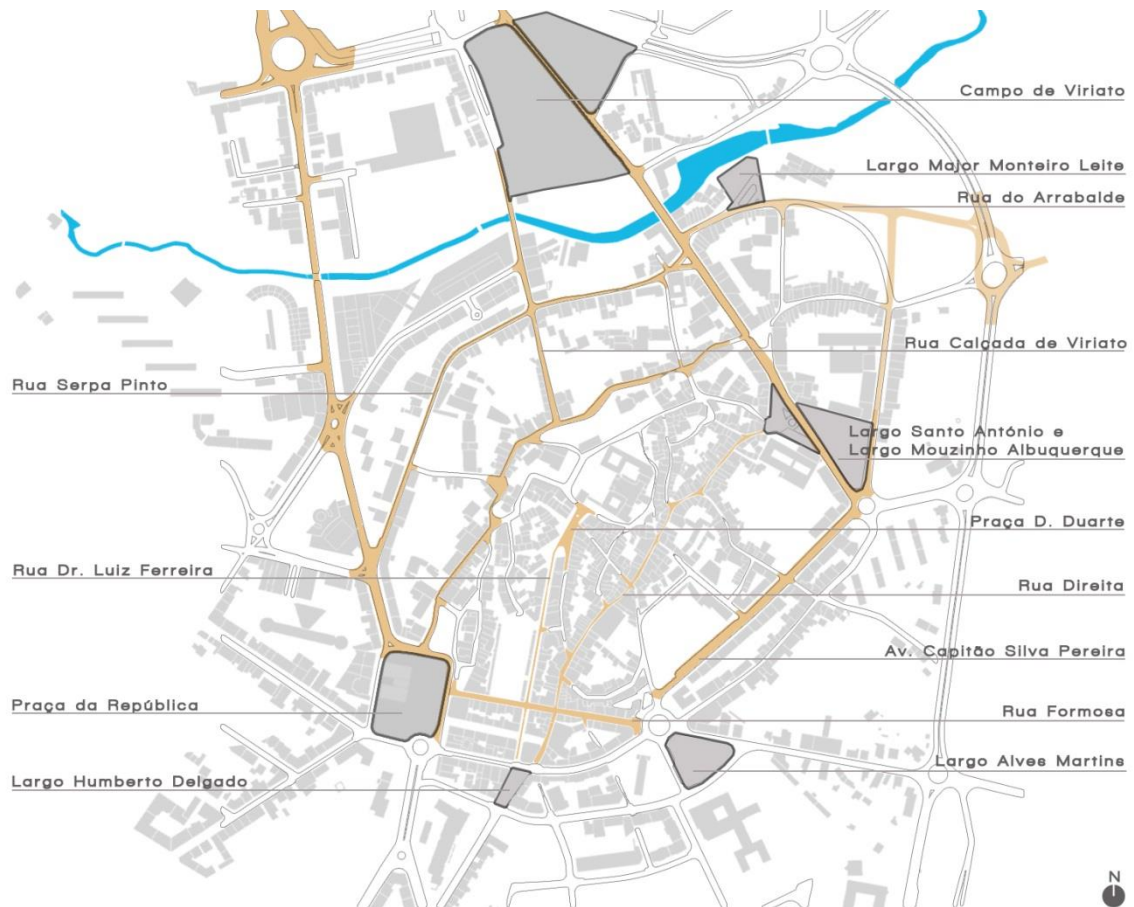
Nos finais do século XIX já era perceptível uma estrutura de praças que marca o aglomerado urbano. Na cota mais baixa e junto ao rio Pavia, desenvolve-se o Campo de Viriato, rossio comercial de carácter sazonal. Na margem oposta, situa-se o Terreiro do Arrabalde, actualmente largo Major Monteiro Leite. O arrabalde teve um desenvolvimento binuclear em torno do rio Pavia; uma situação que nasceu após a fundação da Cava de Viriato.

No coração do “centro histórico”, no ponto mais elevado da colina, surgem um conjunto de espaços interligados, constituídos pelo adro da Sé (espaço religioso), a praça D. Duarte (antigo centro cívico). O Mercado 2 de Maio surge mais tarde junto ao eixo de ligação das ruas Formosa e Dr. Luís Ferreira (fig. 26).

Excêntricos em relação à cidade e junto às portas da antiga muralha desenvolveram-se três grandes largos: a praça da República (no Rossio de Massorim), o largo Alves Martins (no Rossio de Santa Cristina) e o Terreiro das Freiras (actualmente Mouzinho de Albuquerque).



23- Perspectiva sobre o "centro histórico"



24- Diagrama de espaços públicos e arruamentos principais do "centro histórico"

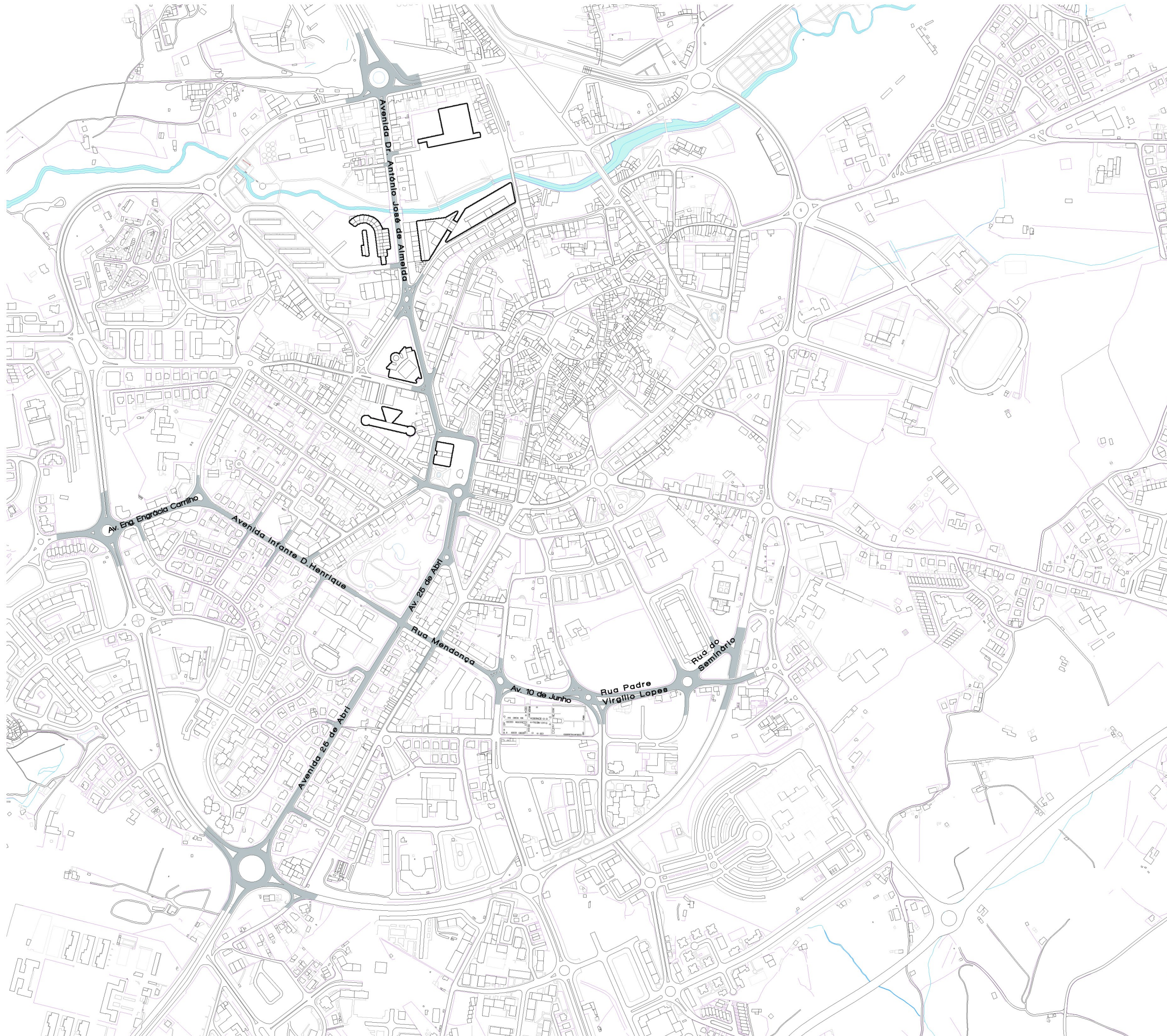
Salienta-se ainda, o largo General Humberto Delgado que surge a partir de uma zona de expansão a Sul da zona histórica. A sua formação terá sido mais tardia por via de demolições mas, contudo, apesar de não se destacar historicamente ou funcionalmente nas suas funções de largo, é um espaço que não passa despercebido e marca trechos de ligação com as ruas Direita e Dr. Luís Ferreira.

Com o fim da muralha e da maioria das suas portas, são estes espaços públicos pelos quais o “centro histórico” se fixa à restante envolvente, são estas as portas da era contemporânea da cidade: praça da República, Campo de Viriato, largo Major Monteiro Leite, largo General Humberto Delgado, largo António Alves Martins e largo Mouzinho de Albuquerque/largo de Santo António. São espaços com características urbanas relevantes; pontos nodais que estabelecem comunicações transversais em toda a zona central da cidade.

ARRUAMENTOS PRINCIPAIS

As principais referências no “centro histórico” encontram-se no topo da colina, destacando-se o conjunto da Sé Catedral, o seu adro e a praça D. Duarte.

O casco medieval apresenta uma via linear principal, a rua Direita, que atravessa todo o aglomerado, num gesto periférico ao conjunto da Sé e espaços envolventes, interligando-se a estes através de um conjunto de ruas secundárias. Antigo eixo comercial principal da cidade até ser destronada pelos equipamentos comerciais modernos, liga-se ao espaço urbano pela rua Formosa, do lado Sul, até ao largo Mouzinho de Albuquerque. Os restantes atravessamentos principais constituem a rua Dr. Luiz Ferreira que faz a transição, a Sul, da rua Formosa, passando pelo Praça 2 de maio até à praça D. Duarte; e a rua Calçada de Viriato que desce até ao Campo de Viriato, passando pelo centro comercial Fórum, marcando o percurso que o funicular leva para chegar até às proximidades do adro da Sé (fig. 24).



25. ANÁLISE DA CIDADE

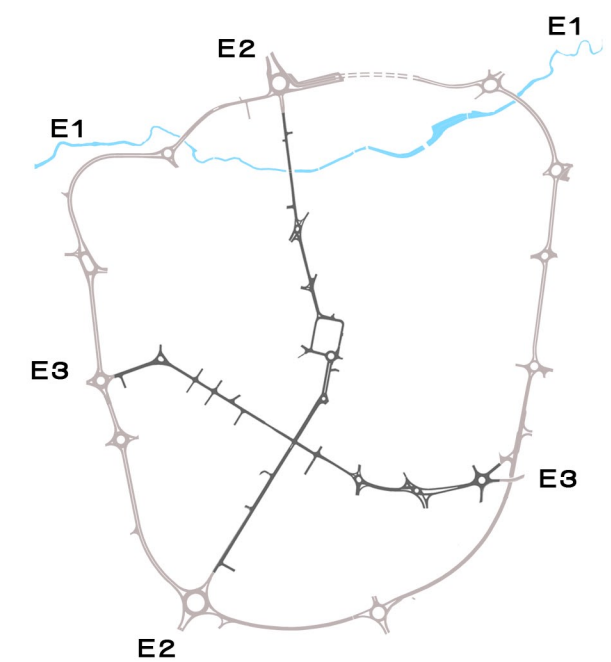
- EIXOS URBANOS PRINCIPAIS

E1 - Eixo urbano de relação com o rio

E2 - Eixo Norte-Sul

E3 - Eixo Oeste-Este

-  Pavilhão Multiusos
-  Central de Camionagem
-  Centro Comercial Fórum
-  Centro de Saúde
-  Mercado Municipal
-  Câmara Municipal de Viseu



0 50 100 200m
Escala 1/8000







28. ESPAÇO PÚBLICO NO "CENTRO HISTÓRICO"

- ARRUAMENTOS E LARGOS PRINCIPAIS

- a. Avenida Emídio Navarro
- b. Avenida Capitão Silva Pereira
- c. Rua 5 de Outubro
- d. Rua António Alves Martins
- e. Rua Alexandre Lobo
- f. Rua Formosa
- g. Rua Direita
- h. Rua Dr. Luiz Ferreira
- i. Rua Calçada Vigia
- j. Rua Calçada de Viriato
- k. Rua do Arrabalde
- l. Avenida Capitães

-  Funicular
-  Circular Externa

- A. Largo Major Monteiro Leite
- B. Largo Mouzinho de Albuquerque
- C. Largo de Santo António
- D. Largo Alves Martins
- E. Largo General Humberto Delgado
- F. Praça da República
- G. Praça 2 de Maio
- H. Praça D. Duarte
- I. Adro da Sé
- J. Campo de Viriato

0 50 100m
Escala 1/4000



4.2 ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

“Uma cidade é simultaneidade de simultaneidades e sucessões, de espaço temporalizado e de tempo espacializado. É, pois, a simultaneidade de experiências que se estratificam e se mantêm vivas, de sinais persistentes que não devemos interpretar apenas com sentido estrito de museu, como algo a venerar. Esta é a riqueza que uma cidade deve manter. O exercício de uma boa administração e de um bom plano regulador consiste em fazer proliferar, facilitar os acessos a esses mundos plurais sobrepostos e cruzados numa cidade” (BODEI, citado por MENDES, 2000, pp.21)

PERÍMETRO DE INTERVENÇÃO

Antes de expor a ideia que envolve a estratégia de intervenção convém esclarecer, em primeiro lugar, o perímetro de intervenção. Durante todo o processo de reflexão foi assumido, como “muro urbano” ou limite ou barreiras de actuação, a via de Cintura Externa, por se tratar, de facto, de uma barreira física na cidade.

Em todo o caso, e sendo justo com a proposta, o perímetro de intervenção corresponde à zona histórica e ao território próximo envolvente, que engloba os seguintes limites: do lado Oeste, a avenida Dr. António José de Almeida até à praça da República; a Sul, da rua D. António Alves Martins até ao largo Alves Martins; a Este, engloba o troço da Circular externa até ao túnel no lado Norte onde encerra o perímetro. A justificação destes limites prende-se com a inclusão dos espaços que marcam toda a zona central da cidade – a norte, o Campo de Viriato; a oeste a praça da República; a sul, o largo General Humberto Delgado e a Este os largos Mouzinho de Albuquerque e Santo António – e as relações urbanas que lhes dizem respeito, desde arruamentos de ligação entre os espaços até à sua relação destes com os nós de acesso da cintura da Circular Externa (fig.27).

PLANO URBANO PROPOSTO

A estratégia adoptada foca-se, essencialmente, na requalificação de pontos estruturais da zona central da cidade; espaços públicos situados em pontos de articulação e com capacidade para funcionarem como “ímanes urbanos”. Espera-se, com isto, constituir pólos de atracção que se articulem com outros pontos activos da cidade, no sentido de incentivar trocas de fluxos urbanos, garantindo desta forma o equilíbrio e o dinamismo necessários que mantêm vivo o organismo da cidade. Provocar o “movimento ao centro” é uma das intenções encarada como necessárias para a transformação da imagem envelhecida e empobrecida do “centro histórico”. Recuperar a vivência da cidade, reivindicando uma relação mais próxima com o lugar na tentativa de assim, transformar mentalidades que tendencialmente rejeitam a ideia de habitar no centro, é o passo que se pretende alcançar com esta estratégia.

Estes espaços, o largo Alves Martins, o largo Mouzinho de Albuquerque/ largo de Santo António, o largo Major Monteiro Leite e o largo General Humberto Delgado (fig. 27), formam um sistema de continuidades, onde se procura confrontar dois momentos da cidade: por um lado, são espaços periféricos à zona histórica e encerram atravessamentos relevantes nesse núcleo; por outro, são referências no espaço urbano e representam “momentos de pausa” ou “momentos de desaceleração” na cidade. Basicamente, a estratégia incide sobre uma “área cinzenta” da cidade, numa zona de alguma indefinição, que se encontra entre o “centro” e a “periferia”. Procura-se num mesmo gesto, atenuar resistências e/ou inércias entre a área “histórica” e a área “moderna” e simultaneamente marcar referências aquando da entrada no perímetro urbano.

“No caso das intervenções de reabilitação do edificado, de requalificação de espaços públicos ou de renovação de infra-estruturas, os resultados serão imediatos ou concretizam-se em períodos curtos ou, pelo menos, não muito longos. Mas essas mesmas transformações que se concretizam com intervenções directas e localizadas, podem induzir ou catalisar outros processos de transformação imprevistos, seja no interior das áreas urbanas reabilitadas, seja em áreas mais ou menos distantes. Estas

“ondas de choque” podem, aliás, ocorrer de modo flutuante e em períodos indetermináveis, como são os casos da valorização e reorganização dos usos do solo.” (GONÇALVES, 2012, pp.222). As zonas envolventes aos espaços intervencionados apresentam um nível de desocupação algo significativo e, por essa razão, representam uma oportunidade de desenvolvimento que poderá ter um impacto expressivo na cidade. Espera-se assim, através desta estratégia, incentivar ao investimento e expansão desses tecidos urbanos, aproveitando a centralidade e protagonismo que os espaços nomeados representam.

Este sistema de espaços públicos estabelece uma ideia de urbanidade, de certa forma idêntica mas funcionalmente oposta ao eixo composto pela avenida Dr. António José de Almeida, no lado oposto da cidade medieval. O objectivo é precisamente criar uma relação de oposição com um dos eixos mais marcantes da cidade com a intenção de provocar transições transversais e periféricas ao “núcleo histórico”.

A estratégia de intervenção decompõe-se em quatro propostas de requalificação para os quatro espaços públicos seleccionados, encarados como fundamentais para a reabilitação da zona central da cidade. O largo Major Monteiro Leite enquadra-se no Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do rio Pavia e, desta forma, constitui uma oportunidade de estabelecer contacto com a zona norte da cidade, aproveitando o eixo de relação com o rio como factor de reforço do impacto geral da estratégia. Com a proposta de recomposição do nó rodoviário no ponto nordeste da Cintura Externa, espera-se acentuar o protagonismo deste espaço, tanto na conjuntura geral como local, servindo este espaço como eixo de ligação entre o Plano de Pormenor e o plano de conjunto proposto.

Os largos Mouzinho de Albuquerque/Santo António e António Alves Martins apresentam uma situação pouco determinante no ambiente urbano, marcada por uma certa tendência à dispersão nas ruas Formosa, Direita e Dr. Luís Ferreira. Quero com isto dizer que os fluxos urbanos nestas ruas tendem a diminuir drasticamente a partir do meio destas vias, pois verifica-se uma maior propensão em regressar à zona da praça da República ao invés de continuar em direcção até aos largos nomeados inicialmente. Espera-se, então, com a intervenção, tornar estes dois espaços em pólos

de atracção para que as dinâmicas que tendencialmente se concentram no cruzamento junto à Praça 2 de Maio, também se desloquem para estes largos, promovendo assim, um melhor equilíbrio no espaço urbano.

O largo General Humberto Delgado apresenta um carácter de via rodoviária, sem grande expressão urbana apesar do perfil e composição espacial apontarem para outro tipo de uso. O nível de desolação no cenário arquitectónico que o compõe faz-se notar; inclusive na rua da Paz, edifícios do século XVIII com características peculiares da época passam um pouco despercebidos nesta zona, algo que se espera mudar. A forte marcação da rua Formosa, que se atravessa na frente das ruas Dr. Luís Ferreira e Direita, encerra, da mesma forma, eventuais dinâmicas urbanas que tendem a marcar posição nesta rua. A intervenção neste largo poderá agir na captação de fluxos para a faixa imediatamente a Sul da zona histórica.

DESENHO URBANO PROPOSTO

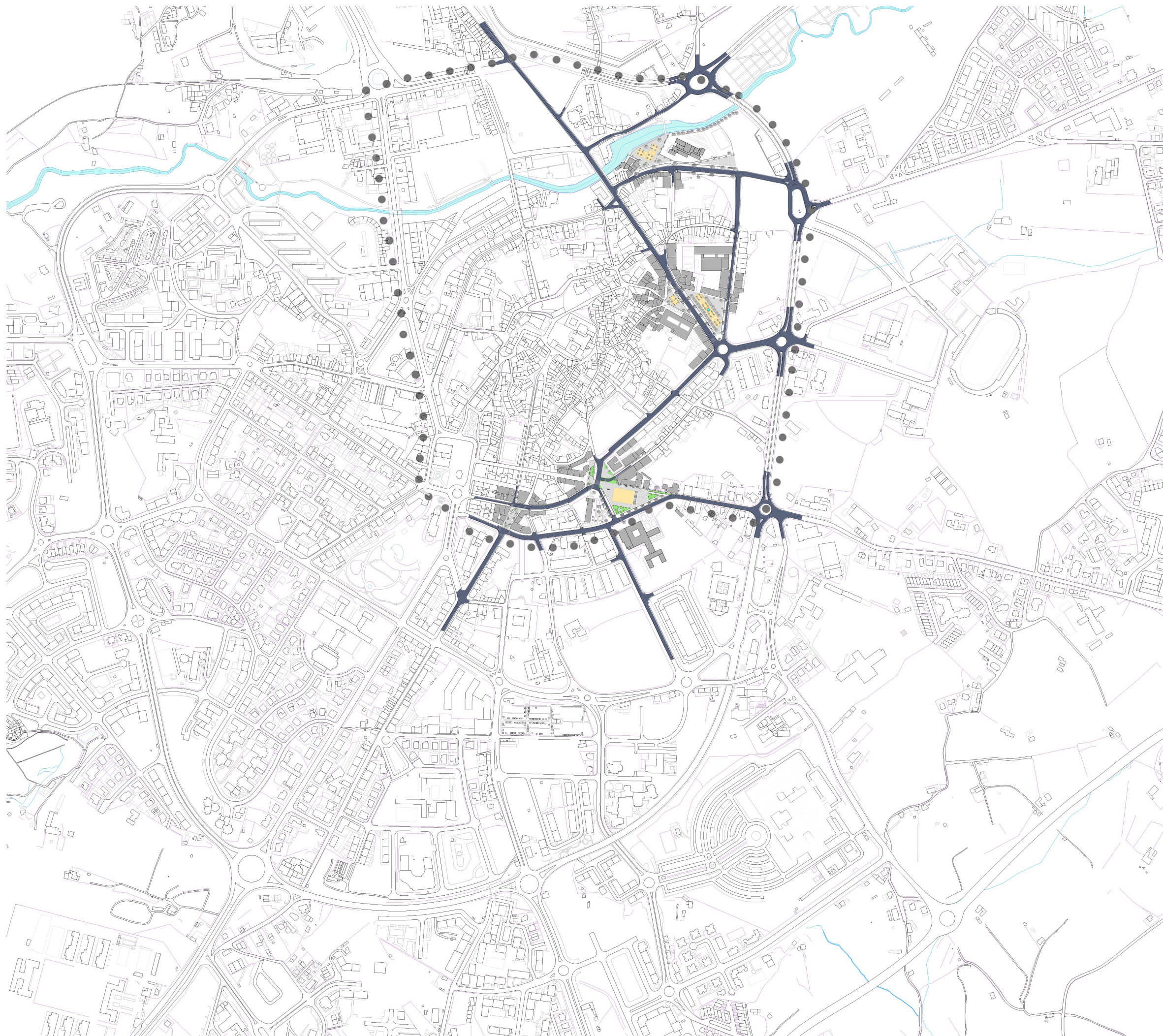
O desenho das propostas segue um conceito comum de composição que as une e reforça a posição e impacto colectivo dos espaços públicos intervencionados. Este conceito apresenta-se com a finalidade de tornar os espaços intervencionados reconhecíveis como parte de um todo com o intuito de formalizar o sistema ou eixo urbano proposto. Esta uniformização da imagem prende-se com a tentativa de invocar a partilha de significados, que se reforçam pela repetição nos vários espaços, e, ao mesmo tempo criar uma ideia de identidade.

Há uma homogeneidade patente que não se define como algo constrangedor, num sentido rígido, imutável ou impermeável. Bem pelo contrário, o desenho transforma-se e adapta-se às particularidades de cada local através de uma ideia de composição que define uma noção de espaço e forma. O conceito parte de uma ideia de célula e daquilo que representa: uma ou mais células agregadas transmite uma ideia de espaço; a sucessão sequenciada de células introduz uma ideia de percurso.

Existem outros elementos que se destacam na composição geral das propostas, como por exemplo, o desenho que evidencia uma ideia de centralidade, aberto e dominador. É esta referência que põe em perspectiva todo o cenário envolvente com a intenção de, assim, amenizar os traçados irregulares que caracterizam genericamente os largos. Há uma intenção em tornar os espaços marcantes, expressa numa lógica oposta à ideia base de alguns dos largos intervencionados que exibem um formato de “jardim-ilha”, demasiado encerrado em si próprios. Elementos que envolvem uma relação com o automóvel, como por exemplo, o estacionamento, mobiliário e paragens de autocarros ou de táxis, foram canalizados para as margens dos largos, permitindo assim um uso exclusivo ao peão.

Em termos de materialidade optou-se pelo cubo em granito, como é característico no centro da cidade, envolvido por passeios em cubos de calcário, mantendo uma ideia de continuidade e coerência com outros espaços urbanos. Os espaços centrais dos largos, com a excepção do largo General Humberto Delgado, são preenchidos com saibro, cumprindo uma relação de oposição com o granito, servindo em pleno para a sua demarcação na composição geral. Esta relação estende-se à utilização dos espaços pois procurou-se, contrastar a rigidez e maior resistência ao desgaste por parte da pedra com a maleabilidade e impermanência do saibro ocorridos pelo atravessamento de transeuntes.

Como se viu em capítulos anteriores, uma imagem e significado marcantes, afectam o processo de construção mental da cidade o que, por sua vez, influencia a forma como as pessoas lêem o espaço e se movimentam. E com o desenvolvimento de uma novas dinâmicas urbanas poderão surgir outras oportunidades para o desenho urbano. É neste seguimento que se lança o princípio fundamental deste trabalho que é projectar o espaço público como factor de urbanidade.



27. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

- ESPAÇOS PÚBLICOS INTERVENCIONADOS

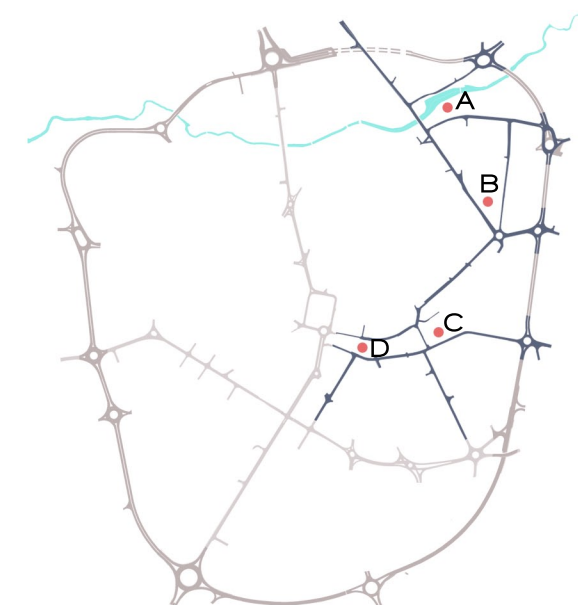
- ● ● Perímetro de intervenção
- Percurso urbano proposto (ABCD)

A- Largo Major Monteiro Leite

B- Largo Santo António e Largo Mouzinho de Albuquerque

C- Largo Alves Martins

D- Largo General Humberto Delgado



0 50 100 200m
Escala 1/8000



4.3 ESPAÇOS INTERVENCIONADOS

A- LARGO MAJOR MONTEIRO LEITE

CONTEXTO ACTUAL

Este largo situa-se numa zona onde a cidade não tem grande expressão, ocupado por habitações de pequena dimensão, com a cêrcea média a rondar os quatro pisos.

Pode-se ler o espaço como duas metades: de um lado uma pequena zona verde que avança sobre uma escadaria acomodada na berma do rio; do outro, uma zona de estacionamento e ainda o acesso principal à escola de ensino básico que ali se situa (fig.30).

Existem elementos que tornam toda esta zona num momento com pouca expressão urbana – a rua de acesso desenvolve-se num semicírculo até ao cruzamento apertado junto à rua do Arco; a escola implanta-se na diagonal ao largo e o seu muro frontal impõe-se num traçado mais perpendicular. A relação com a outra margem do rio através da pequena ponte pedonal encontra-se um pouco encoberta e não é completamente perceptível devido a obstáculos quer de viaturas quer de árvores.

PROPOSTA

A intervenção proposta define-se com o pressuposto de esclarecer o cenário e contexto do largo. A reestruturação do nó de acesso viário e consequente arranjo de arruamentos, desde a rua do Arrabalde até à extensão da avenida Capitães, permitirá valorizar todo o segmento indicado, assim como os espaços envolventes. Reforça-se assim, não só a posição da avenida no circuito urbano, como também a posição do largo no seu contexto mais próximo.

O novo desenho do largo estabelece uma relação mais próxima com o rio, através de um espaço bilateral central posicionado para estabelecer contacto visual



28- Perspectiva do largo Major Monteiro Leite

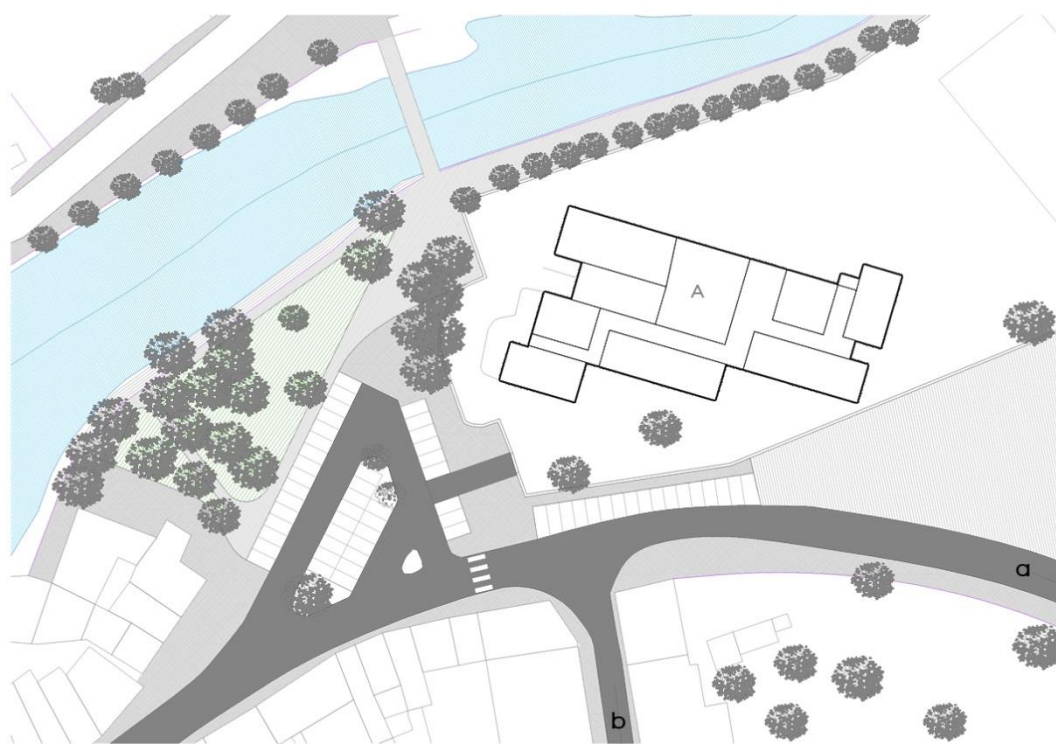
com a outra margem. A espacialidade do largo desenvolve-se através de um gesto que agarra as características sugeridas pelo espaço, patenteadas nos avanços em diagonal por parte da escola e do arranjo habitacional em ambos os lados do largo. O desenho parte de uma ideia de cruzamento com a rua de acesso, a ponte pedonal e a beira-rio, operando num princípio de continuidade e orientando uma ideia de atravessamento. O arranjo do muro frontal da escola permite uma maior abertura do espaço, quer em relação ao rio quer em relação à rua.

Como consequência da transformação funcional do largo, procedeu-se a um reposicionamento da zona de acesso à escola. Esta surge agora numa zona em que o muro faz um movimento interior em direcção ao rio e, deste modo, cria um espaço “desatado”. A escola que até aqui assumia uma posição enviesada em relação a toda a envolvente fica assim, envolvida por dois espaços que, de certa forma, suavizam a tensão das perspectivas diagonais.

Prevê-se, ainda, a inclusão de duas linhas de estacionamento em ambos os lados do novo trecho da rua do Arrabalde, oferecendo cerca de 65 lugares (fig. 31 e 32).



29- (A) – Largo Major Monteiro Leite



LEGENDA

 Alcatrão	 Terreno arenoso	 Cubos de calcário	 Área ajardinada
 Paralelos de granito			

A- Escola EB1 da Ribeira

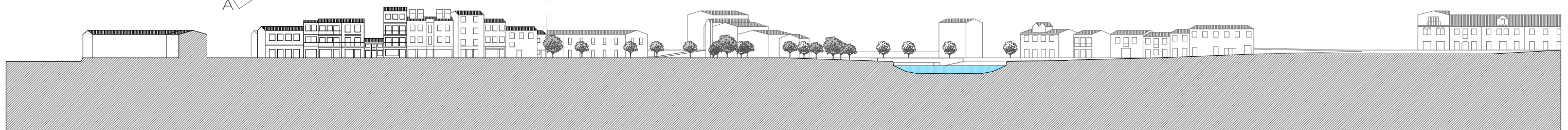
a- Avenida Capitães

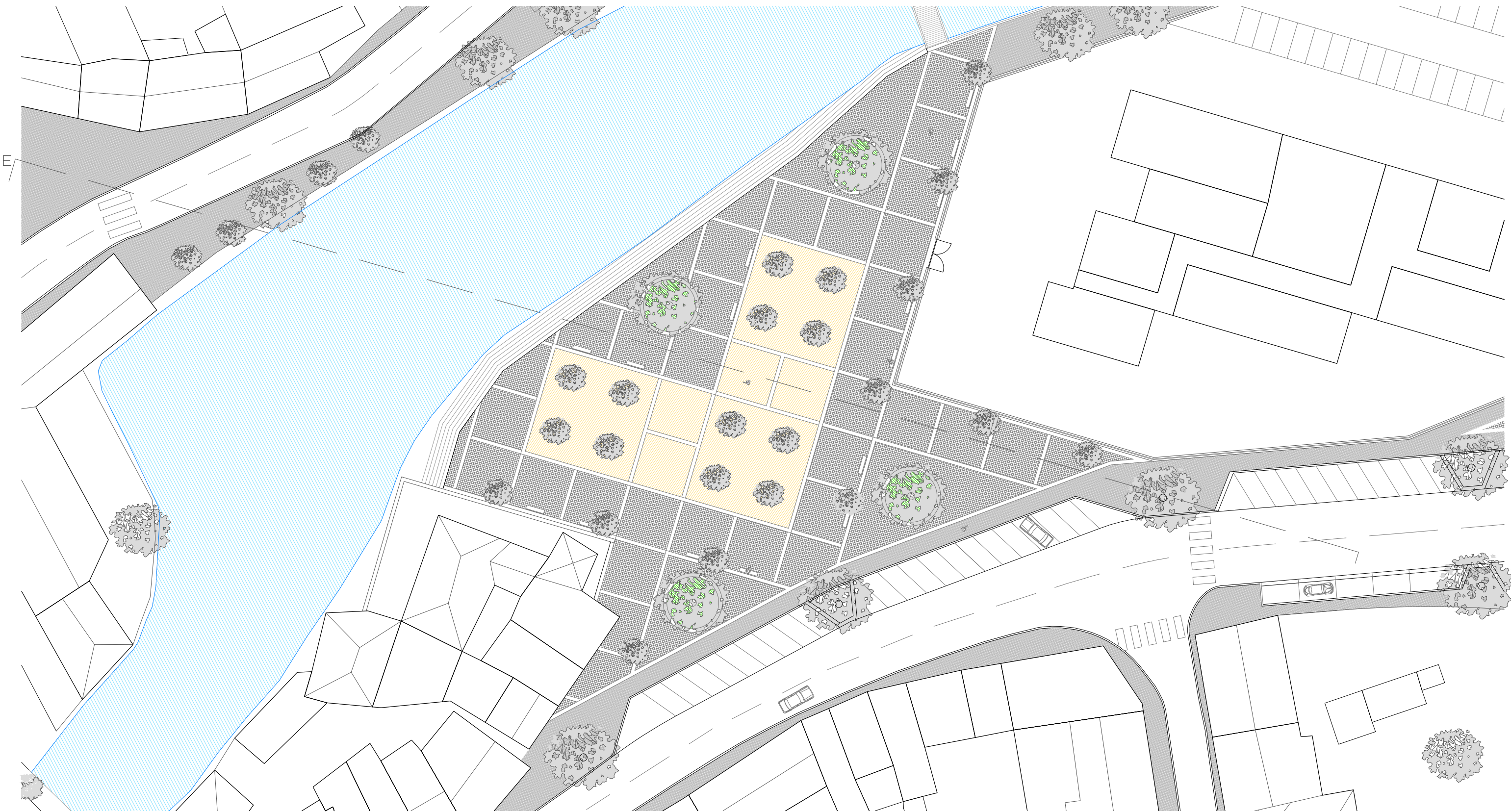
b- Rua Arrabalde

30- Caracterização espacial do largo. Estado actual



A





B- LARGO MOUZINHO DE ALBUQUERQUE E LARGO DE SANTO ANTÓNIO

CONTEXTO ACTUAL

O espaço formado pelos dois largos é parcialmente ocupado por edifícios residenciais a rondar os quatro pisos de altura e é composto por edifícios notáveis tais como o teatro Viriato, a escola Emídio Navarro e a igreja de Santo António do antigo Convento das freiras Beneditinas (fig. 35).

A avenida que trespassa os dois largos tem um efeito fracturante, mas é, ainda assim, reforçado pela ambivalência dos dois largos que se materializa não só no uso e ocupação diferente, mas também, na pavimentação disforme, acentuada sobretudo no largo Mouzinho de Albuquerque. Este último é ocupado por uma pequena parcela de estacionamento e o largo de Santo António assinala-se com o seu jardim.

A dispersão dos automóveis parqueados em volta do largo Mouzinho e na rua em frente à escola, assim como o registo excessivamente pesado de algum mobiliário urbano, como por exemplo a paragem de táxis, torna toda esta zona pouco atractiva.

A topografia declinada e o ambiente demasiado encerrado do jardim no largo de Santo António retiram alguma monumentalidade ao conjunto, o que impede a percepção plena do espaço.

PROPOSTA

Para resolver as questões urbanas destes largos propõe-se um desenho que encare este conjunto de uma forma mais unitária. Assumiu-se a separação entre os largos como algo inevitável mas tentou-se, através do desenho e de outros elementos, reforçar a leitura global imposta pelo cenário urbano. O desenho estabelece uma relação de perpendicularidade com a avenida Emídio Navarro e é contínuo em ambos os largos. O espaço central dos dois fragmentos apresenta-se com a intenção de assinalar uma ideia de simetria, sendo cada um deles pontuado pelo elemento



33- Perspectiva sobre os largos Mouzinho de Albuquerque e Santo António

decorativo que já ali existia – refiro-me no largo Mouzinho à estátua de homenagem ao soldado desconhecido e no largo de Santo António ao lago. Os espaços foram desenhados de forma a preencherem toda a área possível, com a finalidade de assim poder estender o seu domínio, permitindo apenas a continuidade do passeio em volta dos edifícios.

Considerou-se importante a ideia de continuidade funcional do espaço de articulação da rua Direita com o restante largo Mouzinho e, por isso, decidiu-se encostar o largo na frente da igreja do Seminário, permitindo apenas o desafogo do trânsito automóvel pela rua de S. Lázaro até à avenida Emídio Navarro. O largo de Santo António estendeu-se até aos limites definidos pela escola Emídio Navarro e teatro Viriato, reivindicando uma relação mais próxima com o edificado. A arborização aparece tendencialmente nos limites dos espaços para que assim permita uma maior abertura interior, formando uma solução francamente oposta ao que aparece actualmente. É através deste “vazio” que se pretende transmitir a tal imagem de monumentalidade e profundidade que irá marcar a ambiência geral do conjunto.

De referir ainda no largo de Santo António, que a zona central foi desenhada com a intenção de reforçar a perspectiva longitudinal deste espaço.

Para resolver o problema do declive optou-se por uma solução desenvolvida em escada, onde a certa altura, há um “salto” nos degraus para que estes passem a funcionar como bancos; oportuno, a meu ver, para receber grupos de jovens estudantes que normalmente se dirigem àquele espaço. A zona na cota mais baixa desse mesmo largo foi concebida para marcar a área de entrada na escola.

A zona de estacionamento dispõe de 50 lugares e ocupa os lados dos largos junto à avenida Emídio Navarro e avenida Capitães (fig. 36 e 37).



34- (B) – Largo Mouzinho de Albuquerque e Largo Santo António



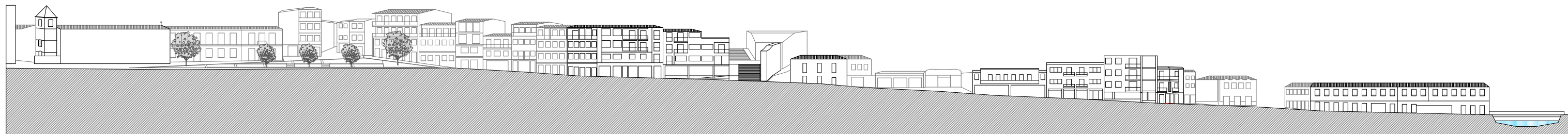
LEGENDA

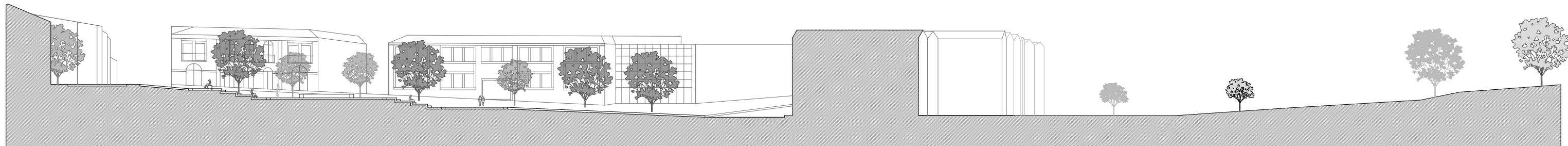
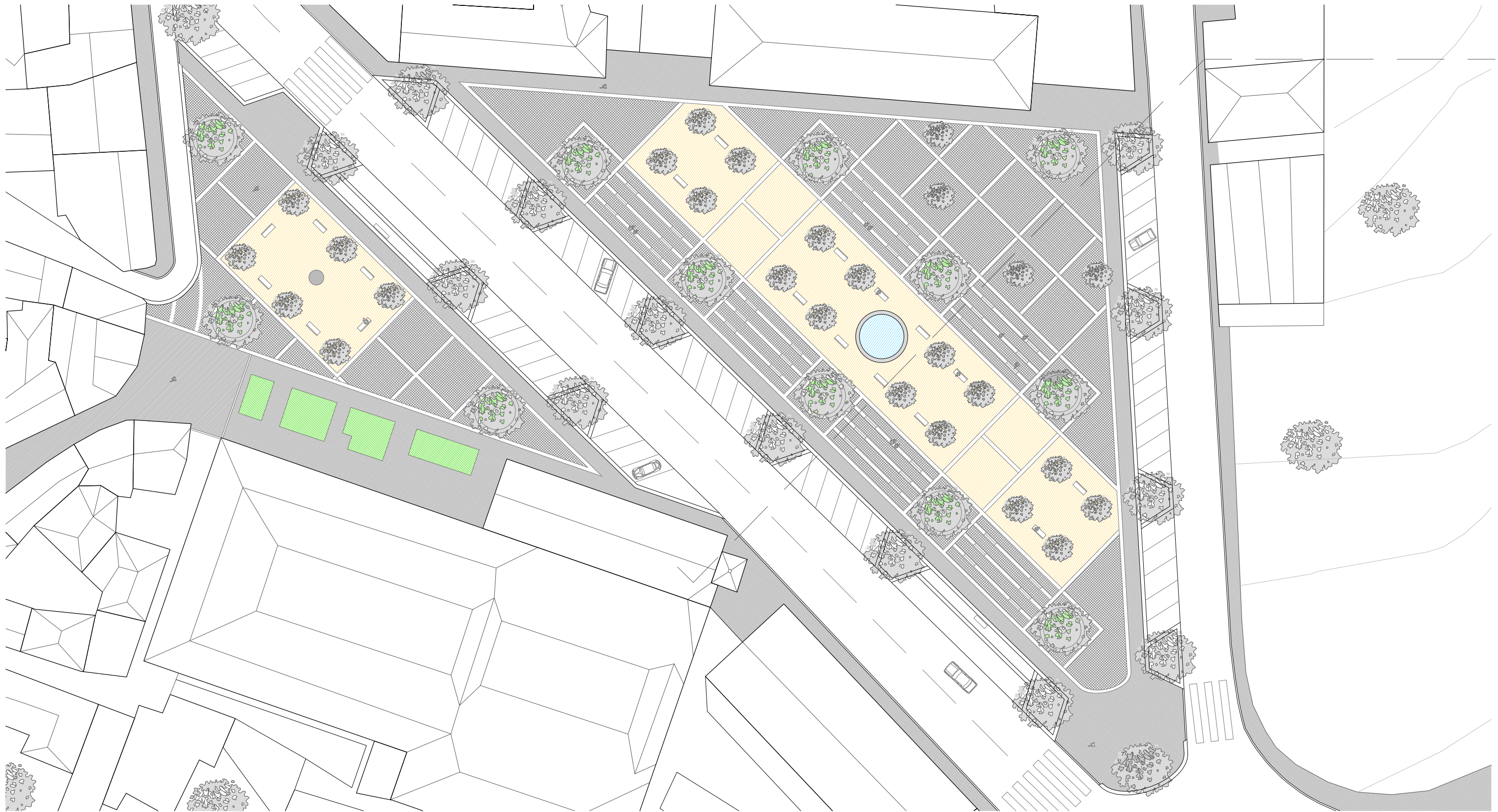
	Alcatrão		Paralelepípedos de granito		Pedra		Cubos de calcário
	Paralelos de granito		Área ajardinada				

A- Escola Secundária Emídio Navarro
B- Teatro Viriato
C- Igreja do Seminário

a- Avenida Emídio Navarro
b- Avenida Capitães

35- Caracterização espacial do largo. Estado actual





C- LARGO ALVES MARTINS

CONTEXTO ACTUAL

Este largo é marcado por um cenário eclético composto por edifícios de diferentes tipologias e estilos arquitectónicos, desde os edifícios religiosos do século XVIII - o Convento do Oratório de São Filipe Néri e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo - ao edifício do Arquivo Municipal e ainda a vários edifícios habitacionais a escalas variadas. O segmento junto à rua 5 de Outubro acrescenta ainda uma pequena escola infantil e um armazém desactivado (fig. 40).

A dispersão destes elementos em pequenos conjuntos isolados, orientados segundo direcções enviesadas entre si, tornam o largo por um lado, particularmente interessante mas, por outro lado, a descontinuidade funcional parece interferir na descaracterização geral do espaço. Este desacerto parece ser reforçado pela separação demasiado evidenciada pela existência da rotunda rodoviária que quebra o desenvolvimento do final da rua Formosa com o restante espaço.

O desnível existente e particularmente intenso do espaço, se tivermos em conta o desenlace em todo o comprimento da rua 5 de Outubro, transmite uma “ideia de depressão” no terreno, algo que parece influir na apatia do largo num contexto mais alargado da situação.

PROPOSTA

Propõe-se para esta zona duas alterações significativas: a extinção da rotunda rodoviária para que se possa aproximar o espaço do largo à rua Formosa, na tentativa de combater a tendência à dispersão que acontece a meio da rua referida para outras transversais, nomeadamente a rua Direita e a rua Dr. Luiz Ferreira. O novo segmento surgido no lugar da rotunda aparece num alinhamento com a Igreja do Carmo, com o propósito de dar sentido à sua posição enviesada. Sugere-se ainda uma alteração parcial da rua D. António Alves Martins, para que a rua passe na zona que confere



38- Perspectiva sobre o largo Alves Martins

actualmente o pequeno estacionamento junto ao Convento do Oratório de São Filipe Néri, podendo desta forma ampliar o largo, tornando-o num arranjo mais claro e consistente com a envolvente próxima. Esta alteração implica a demolição de uma habitação e anexo, assim como a reparação de parte do muro frontal da Igreja do Seminário Maior.

Face à aparente aleatoriedade dos edifícios dispostos ao redor do largo, assumiu-se como ponto essencial de desenho, desenvolver o espaço a partir do eixo composto pela rua Formosa e a rua 5 de Outubro. O espaço central segue o alinhamento do inutilizado armazém numa alusão a uma potencial reabilitação desse edificado, que deverá desempenhar um papel mais próximo com o largo. Apesar da proposta não se desenvolver nesse sentido, sugere-se um programa recreativo e interactivo que inclua as novas tecnologias, algo dentro dos temas livraria, internet e bar-café. O declive acentuado foi resolvido com uma solução desenvolvida em escada, num formato tipo “bancada”, de frente ao espaço central que poderá vir a ser ocupado por eventos ou outras situações temporárias.

Como consequência deste novo arranjo, operou-se ao reposicionamento da saída do parque de estacionamento já ali existente. Este parque completa uma área circular sob a zona da actual rotunda rodoviária com um diâmetro de cerca de 17 metros. Perante isto, julgou-se pertinente aproveitar o desvio provocado para desenhar um novo parque de estacionamento numa espécie de ampliação ao já existente, possibilitando o acréscimo de 60 lugares cobertos.

A proposta não se restringe ao espaço ocupado pelo largo. Face à reestruturação rodoviária estendeu-se o desenho às frentes do edifício do Arquivo Municipal e dos edifícios presentes no final da rua Formosa, definindo sobretudo zonas ajardinadas. A estátua de homenagem a D. Alves Martins mantém praticamente a sua posição e marca a zona ajardinada na parte Sul do largo (fig.41 e 42).



39- (C) – Largo Alves Martins



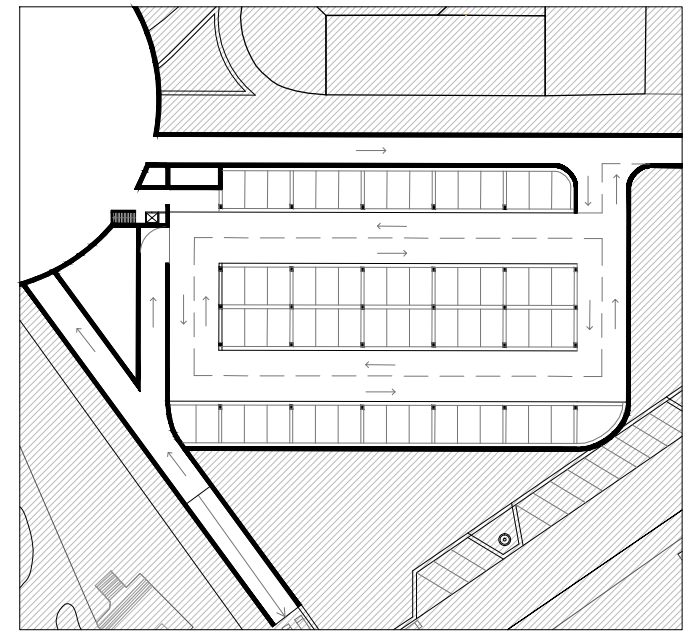
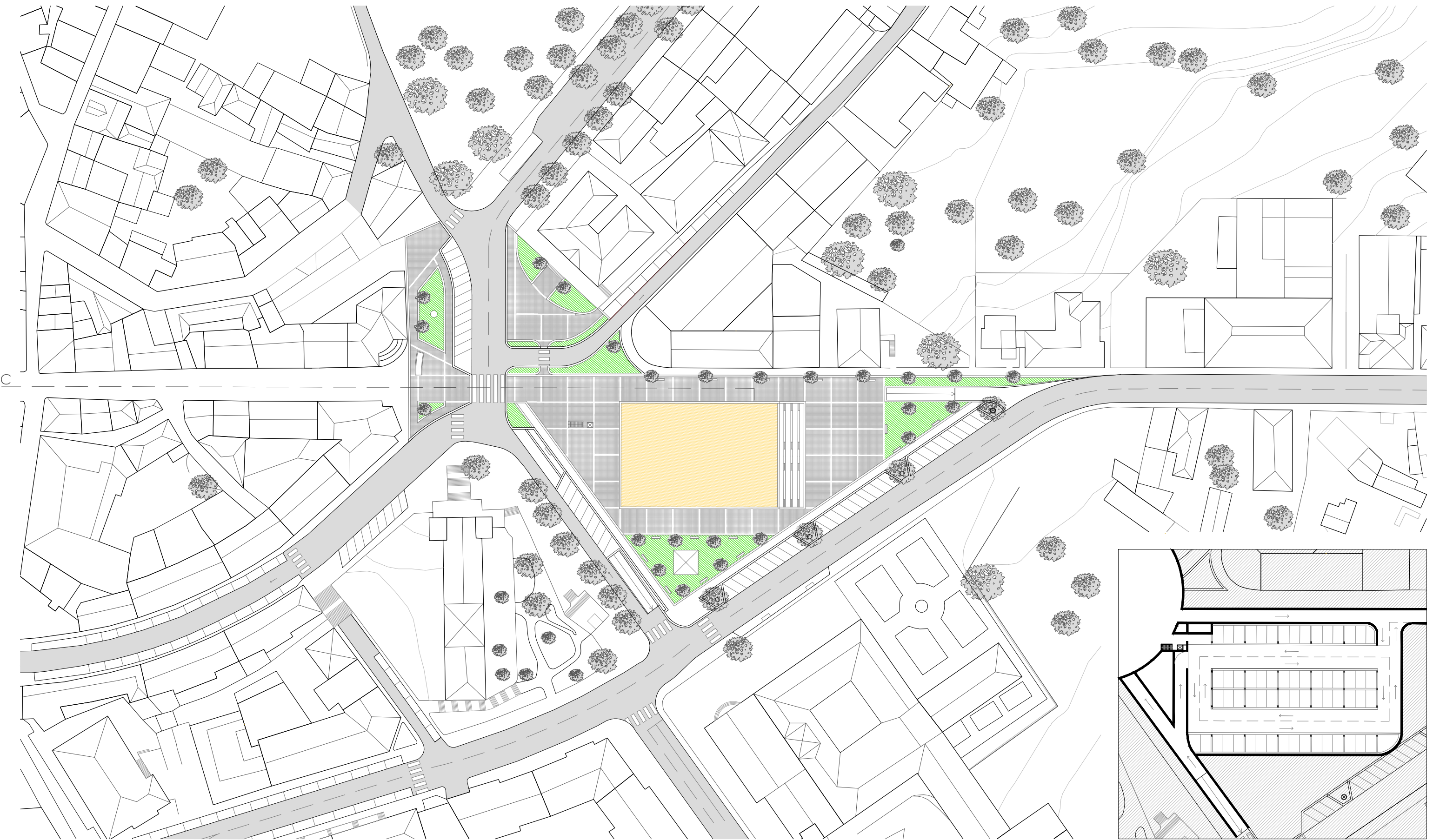
LEGENDA

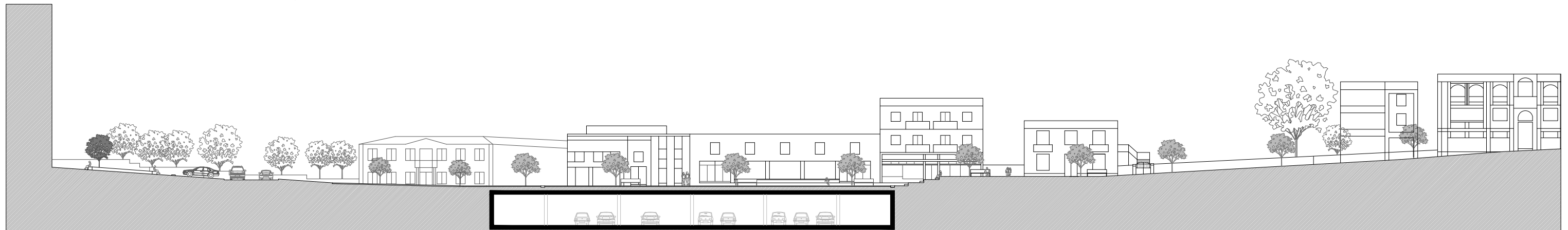
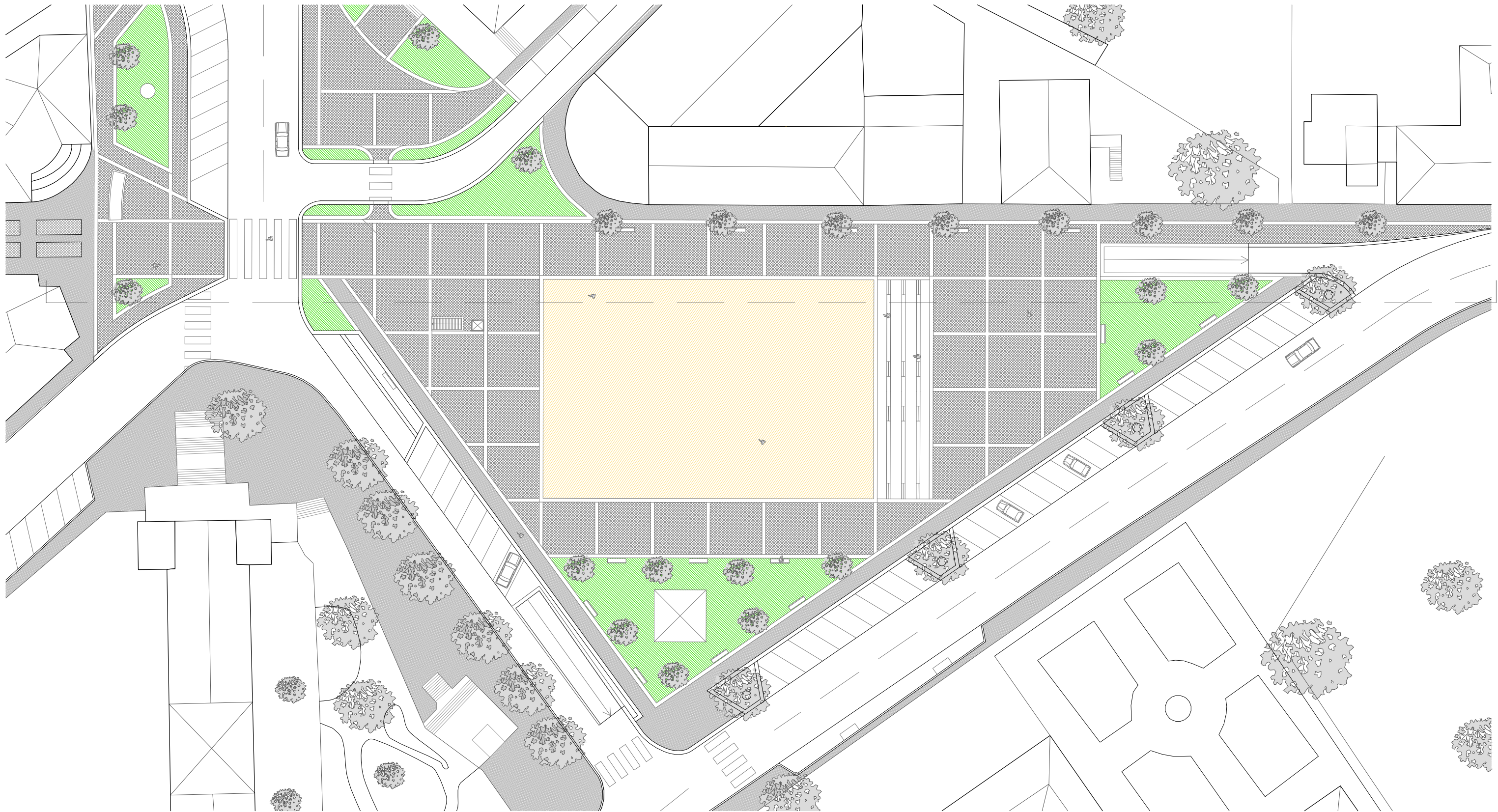
	Alcatrão		Paralelepípedos de granito		Cubos de calcário		Área gijardinada
	Paralelos de granito						

A- Igreja do Carmo
 b- Convento Oratório de S.Filipe Néri
 c- Armazém desativado
 d- A.T.L
 e- Arquivo Municipal

a- Rua 5 de Outubro
 b- Rua D. António ALves
 c- Rua Alexandre Lobo
 d- Rua Formosa

40- Caracterização espacial do largo. Estado actual





D- LARGO GENERAL HUMBERTO DELGADO

CONTEXTO ACTUAL

Os edifícios dispostos ao longo deste espaço são de carácter habitacional com cêrcea a rondar os quatro pisos, com a excepção do edifício de escritores que chega a atingir os seis pisos. E acrescenta-se, ainda, o edifício dos Correios que encerra o lado Norte.

O largo General Humberto Delgado não funciona, nos moldes actuais, como um espaço dedicado exclusivamente ao peão. O seu perfil é algo excessivo para o volume de trânsito que transita e as suas características físicas e espaciais apontam para um repensar do seu uso. Os passeios curtos envolvem o pequeno comércio que preenche o piso térreo dos volumes. O nível de desocupação e debilitação em alguns volumes faz-se notar, quer no espaço do largo quer na envolvente próxima, o que mostra a pouca relevância e atractividade que esta zona produz (fig. 45).

PROPOSTA

Propõe-se para este espaço um uso privilegiado para o peão, encerrando qualquer atravessamento automóvel. É um lugar que marca duas ruas bastante lineares e perfurantes: a Sul, a rua Alexandre Herculano e, a Norte, a rua Dr. Luiz Ferreira. É através desta última que se estabelece o contacto com a praça 2 de Maio e com a praça D. Duarte, já no coração do “centro histórico”.

O desenho segue uma ideia de cruzamento e procurou-se através do traçado perpendicular provocar um movimento em direcção ao interior, o qual foi concebido um espaço centralizado. Deu-se prioridade às transições laterais e às anteriormente referidas, ideia que espera beneficiar o pequeno comércio que ali se situa. O traçado proposto sugere zonas laterais marcadas por bancos assim como o espaço central poderá ser utilizado para zona de esplanadas ou como zona de descanso ou para outro tipo de estruturas temporárias.

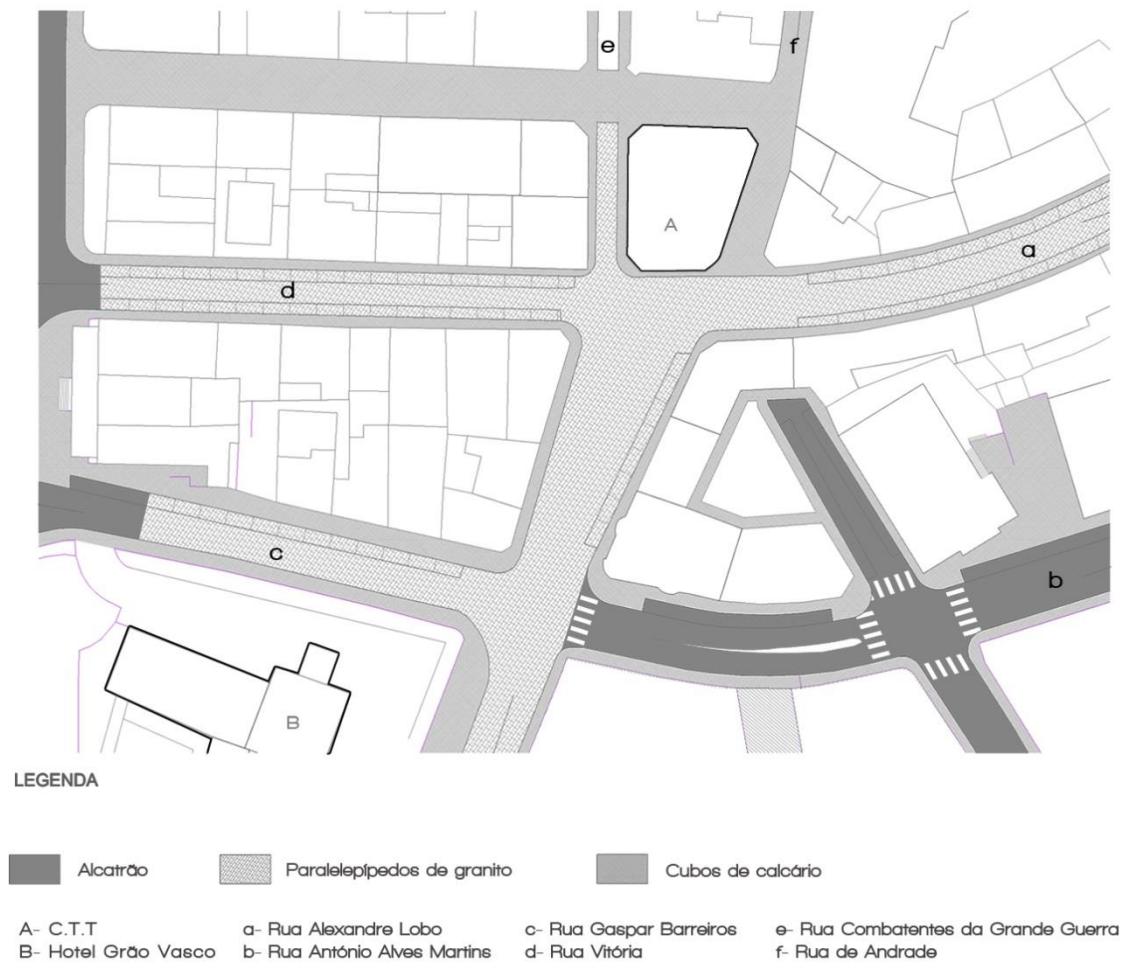


43- Perspectiva sobre o largo General Humberto Delgado

O largo não suporta estacionamento devido à sua exiguidade e portanto, tomou-se como opção libertar quaisquer barreiras visuais com o largo. Este deverá de ser percebido na sua profundidade quer num topo quer do outro; esses limites são apenas reforçados por uma linha de árvores que mantêm a coerência da sucessão em linha de volumes, ao longo das ruas periféricas. Optou-se ainda assim, por um desenho que ultrapassasse este limite vertical, esticando o seu perímetro no sentido a envolver relações periféricas com outras ruas (fig. 46 e 47).

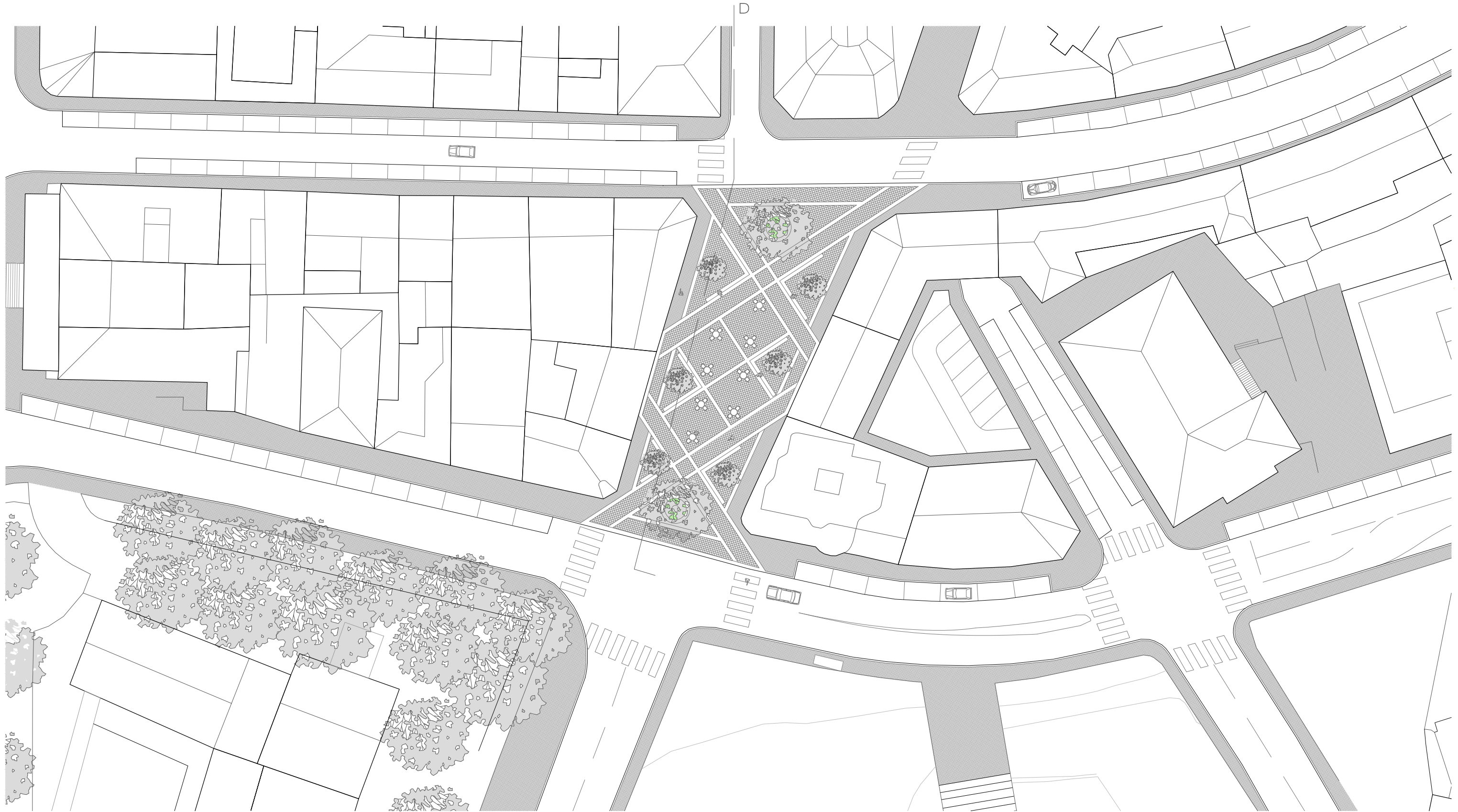


44- (D) – Largo General Humberto Delgado



45- Caracterização espacial do largo. Estado actual





5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da estrutura urbana actual deriva de mudanças profundas ocorridas ao longo de um extenso período de tempo com consequências não só na cidade e seus elementos mas, também, na sociedade e na forma como esta se manifesta e expressa. A cidade é feita de camadas sucessivas – fragmentos antigos e novos, dispersos e concentrados, públicos e privados – numa relação por vezes descontínua, conflituosa ou até contraditória. É esta complexidade o alvo de um debate que perdura por décadas, resultado de uma diversidade de conceitos e reflexões teóricas, focados a tentar explicar fenómenos urbanos particulares e colectivos.

Estas experiências direccionadas à compreensão da cidade resultam de uma desconstrução do tecido urbano, desmultiplicando a complexidade urbana em partes inteligíveis, que, tal como a cidade, são fragmentadas e parciais (BRANDÃO, 2009); para além de que só fazem sentido durante um período muito particular de tempo (ou num sector específico da cidade).

Assumindo as limitações da história e teoria do pensamento urbano e a imprevisibilidade dos processos urbanos resta, então, “ (...) pensar na cidade não como uma forma, fixa e identificável, mas como experiência: de relação, de construção, de evolução, dos planos, projectos, desenhos, desejos, como um processo de interacção e de comunicação entre nós e os outros, que também fazem a cidade dia a dia” (BRANDÃO, 2009, pp. 35).

A questão inicial levantada neste trabalho dirigiu a reflexão para a análise da cidade, especificamente de Viseu, orientada no sentido a explorar os temas do “centro histórico”, da reabilitação urbana e do espaço público.

Deste processo, concluiu-se que o problema do “centro histórico” é um problema urbano que deve ser visto, simultaneamente, no plano local e global da cidade. A discussão acerca da cidade, daquilo que é e poderá vir a ser, é algo que deve ser medido com extrema importância no processo de reabilitação. As políticas de

reabilitação urbana devem tentar inverter as tendências tanto expansionistas como capitalistas que vão assolando, de uma forma generalizada a cidade, conciliando, no seu lugar, estratégias que actuem na recuperação do edificado e nos espaços de articulação de tecidos de uma forma integrada.

O espaço público formaliza e determina a ideia de cidade e estabelece as relações e dinâmicas urbanas. É o lugar onde se passa toda a vida urbana, desde a vida social às manifestações cívicas ou recreativas da sua população. A requalificação do espaço público é fundamental para afirmar as qualidades da cidade, que se expressam na capacidade de agregar todo o tipo de pessoas e de actividades sem restrições. Recuperar o espaço público significa recuperar a cidade nos seus principais valores, de igualdade e diversidade. É esta a direcção a tomar para contornar a ideia consumista que vai progredindo na cidade e na sociedade, formalizada na capitalização dos hábitos sociais e que se vai expressando seja nos equipamentos comerciais, parques ou na “folclorização” dos “centros históricos”.

O problema principal em Viseu é, a meu ver, um problema de articulações urbanas; a sucessão das várias fases de crescimento do espaço urbano apresenta-se completamente desconexa e incoerente, facto que explica o desequilíbrio dinâmico urbano que se faz sentir. Os espaços que se formaram às portas da extinta muralha afonsina, na fase da expansão da cidade medieval para a envolvente extramuros, originaram zonas de articulações urbanas sem grande importância nas dinâmicas da cidade actual.

Procurou-se então, primeiramente, perceber de que forma a população se movimenta na cidade e as suas dinâmicas urbanas. Como resultado, decidiu-se como estratégia de reabilitação urbana explorar a capacidade do espaço público em actuar como um sistema que define a matriz da cidade e que participa em todos os processos urbanos. Foi considerado fundamental esclarecer a posição do “centro histórico” na estrutura geral da cidade para que esta se torne mais coesa e contínua e, através disso, mudar o preconceito de ser uma zona pobre, antiga e em declínio. O plano estabelecido difunde fluxos urbanos, valoriza transições, promove a experiência da cidade, a experiência individual com o lugar, a rua ou a praça, numa tentativa de

dissolver barreiras físicas, imagéticas ou aparentes. Entendeu-se como prioritário resgatar o “centro histórico” no circuito urbano, reintroduzindo-o como parte integrante e primordial da cidade, num processo que consiga estimular a população, incitando a uma relação mais próxima e activa com o aglomerado antigo. E actuar no espaço público significa ligar fragmentos, partes distintas da cidade, facilitando a continuidade espacial e temporal, de forma a criar uma ideia geral de coesão.

“Proferindo as palavras do arquitecto Fernando Távora “o passado (...) vale muito, porém é necessário observá-lo, não em si mesmo, mas em função de nós próprios (...) para acrescentar ao passado algo de presente e algumas possibilidades do futuro” (ROCA, Javier, citado por FURTADO e MACEDO, 2011, pp.9).

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Suse – **Âncoras de desenvolvimento. Os equipamentos colectivos no desenho urbano: caso de Viseu – do século XX até às expansões mais recentes** – Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. Dissertação de mestrado.

ASCHER, François – **Metapolis. Acerca do futuro da cidade**. Oeiras: Celta Editora, 1998. ISBN 972-8027-89-3

BORJA, Jordi - **Reflexões sobre o planeamento estratégico urbano. Cadernos de urbanismo nº1**. Lisboa: Câmara Municipal, D.L. 1998.

BRANDÃO, Ana Luísa –PENSAR A CIDADE, no TEMPO da Incerteza. Sobre modelos e paradigmas da cidade contemporânea. **On the w@terfonts**. [Em linha]. Vol. 12, p. 22-36. [Consult. 1 Set. 2014]

Disponível na internet: [URL:http://www.ub.edu/escult/Water/water12/Water012.pdf](http://www.ub.edu/escult/Water/water12/Water012.pdf). ISSN 1139 7365

CABRITA, António; LEMOS, Eduardo; AMARAL, Francisco; VAZ, João; BAGANHA, José; FERNANDES, Luís; EUSÉBIO, Maria; SÁ, Mário; KRIPPAHL, Miguel - **Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu**. [Em linha]. 2010, [Consult. 10 Out. 2014]

Disponível na internet: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capa/index.php>

CASTILHO, Liliana- **A Cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII**. Porto: Universidade do Porto, 2012. Dissertação de doutoramento.

FORTUNA, Carlos – Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência. **Oficina do CES**. [Em linha]. 62 (1995) 1-11, actual. Set. 1995 [Consult. 30 Out. 2014]. Disponível na internet: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/62.pdf>

FURTADO, Gonçalo e MACEDO, Rosa – Reabilitação urbana e intervenção em centros históricos: Alguns desafios e evolução de paradigmas em Portugal. **Colóquio Internacional, “Portugal entre Desassossegos e Desafios”**. [Em linha]. 2011.

[Consult. 15 Out. 2014]

Disponível na internet:

http://www.ces.uc.pt/portugal2011/media/abstracts/11_Goncalo_Furtado_Rosa_MacEDO.pdf

GEHL, Jan – **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. ISBN 8425219078

GEHL, Jan - **La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios**. Barcelona: Editorial Reverte, 2006. ISBN 8429121099

GIRÃO, Aristides de Amorim - **Viseu: estudo de uma aglomeração urbana**. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.

GONÇALVES, Adelino – Áreas urbanas para (re)habilitar. As relações entre cidade e património? **O Novo Regime da Reabilitação Urbana**. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 9789724042879

GONÇALVES, Adelino – **Património Urban(ístico) e Planeamento da Salvaguarda**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. Dissertação de Doutoramento.

GRAÇA, Miguel Silva – **Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados**. [Em linha]. Publicação: JORGE, Vítor Oliveira (coord). “Cultura Light”. Porto: FLUP – DCTP, 2006. p.107-115. [Consult. 3 Set. 2014]
Disponível na internet: <http://www.e-cultura.pt/Anexos/%C2%ABEspa%C3%A7osPublicos%26Privados%C2%BB%20.pdf>.
ISBN: 972-8932-08-1

JACOBS, Jane – **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. ISBN 8533612184

LYNCH, Kevin – **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2008. ISBN 9789724414119

MENDES, Luís –A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. [Em linha]. V.5, nº1 2013, p.33-45. [Consult. 10 Set. 2014]
Disponível na internet: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v5n1/a04v5n1>. ISSN 2175-3369

MENDES, Manuel - **Porto 2001: regresso à baixa**. 1.ª Edição. Porto, 2000. ISBN 972-9483-39-6

ROSSI, Aldo - **A arquitectura da cidade**. 2ª Edição. Lisboa: Ed. Cosmos, 2001. ISBN 9727621260

PARQUE EXPO 98 SA- **Estudo de Enquadramento Estratégico da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística**. Viseu, 2008

PEIXOTO, Paulo – Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. **Projecto de investigação “Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana”**. [Em linha]. 2003.

[Consult. 15 Out. 2014]

Disponível na internet: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>

VAZ, João L. Inês e CARVALHO, Pedro Sobral - Viseu - a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana. **Viseu-cidade de Afonso Henriques**. Viseu: Editor AVIS, 2009.

FONTES DAS IMAGENS

Figura 1 e 3 – Disponível na internet:

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70675/>

Figura 2 – Disponível na internet:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3800

Figura 4 – Disponível na internet: <https://geolocation.ws/v/P/28500664/viseu-rossio/en>

Figura 5 – Disponível na internet:

http://viseu.pcp.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=416:carta-ao-presidente-da-camara-de-viseu-da-eleita-da-cdu-na-assembleia-municipal&catid=34:comisso-concelhia-de-viseu&Itemid=30

Figura 6 – Disponível na internet:

<http://d1924356.www379.pantherservers.com/produtos.asp?id=37>

Figura 7 (em cima) - Disponível na internet: <http://www.ruadireita.pt/este-nosso-territorio/mes-dedicado-a-saude-no-forum-viseu-1320.html>

Figura 7 (em baixo) – Disponível na internet: <http://www.cidadeviseu.com/pontos-comerciais>

Figuras 8, 9, 11 e 16 – Imagem original de: GIRÃO, Aristides de Amorim - **Viseu: estudo de uma aglomeração urbana**. Coimbra: Coimbra Editora, 1925. Editada por Raul Santos, 2015.

Figuras 9, 10, 13, 14, 15, 17 e 18- CABRITA, António; LEMOS, Eduardo; AMARAL, Francisco; VAZ, João; BAGANHA, José; FERNANDES, Luís; EUSÉBIO, Maria; SÁ, Mário; KRIPPAHL, Miguel - **Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu**. [Em linha]. 2010, [Consult. 10 Out. 2014]

Disponível na internet: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capa/index.php>

Figura 12 – PEREIRA, Paula – **A rua Direita em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação à recuperação urbana**. Lisboa: Universidade Aberta, 2010. Dissertação de mestrado.

Figuras 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 46 e 47 – Autoria de Raul Santos, 2015.

Figura 22 – Disponível na internet: <http://viseu.no.sapo.pt/textos/117.html>

Figura 23 – Disponível na internet:

http://acv.trignosfera.pt/acv/index.php?page=voos_panoramicos Editada por Raul Santos

Figura 29, 34, 39 e 44 – Retiradas do Google Maps. Editadas por Raul Santos

